

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

ESTRANGEIRAS DE DENTRO: uma análise do sentir de mulheres negras sob  
os contextos sócio históricos brasileiro e estadunidense

ISABELA DOS SANTOS DE ASSUMPCÃO

Rio de Janeiro

2021

ISABELA DOS SANTOS DE ASSUMPÇÃO

ESTRANGEIRAS DE DENTRO: uma análise do sentir de mulheres negras sob os contextos sócio históricos brasileiro e estadunidense

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Profa. Dra. Marina Machado Gouvea

Rio de Janeiro

2021

ISABELA DOS SANTOS DE ASSUMPÇÃO

ESTRANGEIRAS DE DENTRO: uma análise do sentir de mulheres negras sob os contextos sócio históricos brasileiro e estadunidense

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em \_\_/\_\_/\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Marina Machado Gouvea

---

Profa. Dra. Rachel Gouveia Passos

---

Profa. Dra. Rosana Morgado

## AGRADECIMENTOS

É com muita alegria e alívio que finalizo este trabalho e agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro pela oportunidade, agradeço à instituição como uma metonímia, claro, pois esta é formada de pessoas, dentre as quais minha orientadora, professora e parceira de lutas e aflições Marina Machado Gouvea. Também sou grata a cada professora, professor, profissional e técnico com os quais tive trajetórias cruzadas e histórias compartilhadas! Em especial às professoras Rachel Gouveia e Rosana Morgado que, com respeito e satisfação, aceitaram fazer parte desse momento de finalização tão importante na minha graduação. Obrigada!

Dentre colegas de turma dos mais diversos seria impossível citar um por um, portanto, agradeço e troco sorrisos e piscadas com aquelas que realmente sempre estiveram presente quando precisei: Claudinha (vulgo Cláudia Rocha), minha confidente Érica Ayala, Gabi, a artista (vulgo Gabriela Cardoso), minha irmã em Cristo Georgia Jantorno e a Rainha (vulgo Ilse Montalvão). Vocês não saem do meu coração! É um prazer ter tantas companheiras de profissão competentes e corajosas! Obrigada!

Afunilando as relações passo a agradecer àqueles mais próximos que ouviram cada bufada e grito de resolução, desde "acho que agora sai, escrevi um parágrafo!" até "vou trocar de tema... não, deixa, vou desistir dessa bagaça". Testemunharam meus encontros frequentes com o notebook e a famigerada fala "não dá, tenho que escrever a monografia". Obrigada, mãe e pai, Karla e Leonardo, por me darem esse futuro; obrigada, Nadinho e Jessica, por me lembrarem sempre que o TCC não dava futuro e que era melhor ir jogar com vocês; obrigada, mozi (vulgo Daniel), por desmentir eles dois e incentivar até o final hahaha

Obrigada, meu Jesus, por chegar até aqui em companhia, e por apesar de mim, permanecer me lembrando que Tu és a partida e o norte. Desde sempre.

*Dedico a cada mulher que,  
com suas belas e únicas particularidades,  
me ensinaram sobre a vida,  
a realidade nua e crua,  
a dor sempre presente em nós...  
Que aperta, muda e faz crescer!*

*Margear  
não é estar fora*

*é parte que compõem*

*não é o centro  
porque cerca*

*é maioria*

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema central de análise o sentir, ou a força subjetiva, sobre a realidade de mulheres negras, aqui denominadas como “estrangeiras de dentro”, tradução escolhida da categoria *outsider within*. A partir da bibliografia que utilizamos, em grande medida de autoras negras estadunidenses como Patricia Hill Collins e Angela Davis, o trabalho busca analogias, diferenças e correspondências entre os contextos sócio-históricos brasileiro e estadunidense. A categoria *outsider within* apresenta alguém que está dentro e fora, como não tendo um significado completamente ruim ou completamente bom, mas a síntese da construção de um corpo e de uma imagem nas relações sociais existentes. A noção e a interpretação de invisibilidade e marginalidade como questões mais complexas do que “negativas em si mesmas” chama atenção na análise das autoras citadas, que não defendem a diferença como uma problemática em si mesma. Remonta à sociedade em que vivemos. Essa diferença aparece como uma espécie de estrangeirismo entre mulheres negras e aqueles/as com quem elas se relacionam. Também aproximamos o olhar desta concretude com um foco no mundo do trabalho, justificando a ocupação em massa de mulheres negras no atual trabalho doméstico e suas ramificações como herança das relações escravocratas e servis no Brasil. Com isso, retomamos as implicações subjetivas do tema abordando processos de consciência nas relações com a “estrangeira de dentro” em segmentos dos movimentos sociais e espaços de debate étnico-racial.

**Palavras-chave:** mulheres negras, estrangeiras de dentro, subjetividade.

## ABSTRACT

This work presents as its main object of analysis the feel, or the subjective force, on the reality faced by black women, here identified as “estrangeiras de dentro”, a portuguese translation for “outsider within”. From the bibliography used – mainly from north-american writers such as Patricia Hill Collins and Angela Davis – this article reaches for analogies, differences and similarities between brazilian and north-american social and historical context. The concept for outsider within presents a person who is inside and outside, as someone whose meaning is neither completely good nor bad, but the synthesis of body and image conceiving among social relations. The notion and interpretation of invisibility and marginality – as rather complex than negative-in-itself – call our attention to the referred authors analysis, which don’t support difference as a problem in itself, but recalls for the society in which we live in. This difference appears as a kind of foreignness among black women and those who they relate to. We also take a close look at this objectivity focusing on the workplace, justifying the mass occupation of black women in current house work and its ramifications as inheritance of slave and serf relations in Brazil. Therefore, we consider the subjective implications of the issue by addressing consciousness processes in these outsider within relations inside segments of social movements and racial-ethnic debate spaces.

**Keywords:** black women, outsider within, subjectiveness.

## LISTA DE FIGURAS E DE GRÁFICOS

Figura 1 - Capa do Folder Oficina Pérolas Negras do CRAS São José, MG	27
Figura 2 - Folder aberto da Oficina Pérolas Negras do CRAS São José, MG	28
Figura 3 - Figura 3 - Musical Rua Azusa I. (Foto: Wendy Vatanabe Cruz/Divulgação)	29
Figura 4 - Musical Rua Azusa II. (Foto: Wendy Vatanabe Cruz)	29
Gráfico 1 - Taxa líquida de escolarização no nível do ensino médio, por raça e gênero – Brasil (1995-2009)	43
Gráfico 2 - Taxa líquida de escolarização líquida no nível do ensino superior, por raça e gênero – Brasil (1995-2009)	44



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG	Minas Gerais
MPC	Modo de Produção Capitalista
PCD	Pessoa com Deficiência
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SINJUS	Sindicato dos Servidores da Justiça
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	11
<b>1. “A ESTRANGEIRA” OU A CONCRETUDE DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE CAPITALISTA</b> -----	14
1.1. Resistindo e (re)construindo a própria identidade-----	16
1.2. Assumindo uma identidade entre contradições-----	23
<b>2. O TRABALHO COMO BASE MATERIAL DO SENTIR: a herança das relações escravocratas e servis no atual trabalho doméstico</b> -----	32
2.1. Domesticada para trabalhar: um ciclo de invisibilidade-----	35
2.1.1. A invisibilidade no trabalho doméstico-----	35
2.1.2. A força da dimensão educacional-----	42
<b>3. UM PROCESSO DE CONSCIÊNCIA: memória, irmandade e perspectivas</b> -----	48
3.1. Questões complementares e não excludentes: memória e consciência-----	48
3.2. Feminismos que lutam para si, e não contra si: irmandade e perspectiva de enegrecimento-----	53
3.3. A luta antirracista é para todes-----	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	62
<b>REFERÊNCIAS</b> -----	65

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho relativo à disciplina de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) tem como tema central de análise o sentir, ou a força subjetiva, sobre a realidade de mulheres negras, aqui denominadas como “estrangeiras de dentro”. A partir da bibliografia que utilizamos, em grande medida de autoras negras estadunidenses como Patricia Hill Collins e Angela Davis, busca analogias, diferenças e correspondências entre os contextos sócio-históricos brasileiro e estadunidense.

O interesse pelo tema surgiu com a leitura do artigo "Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro" de Patricia Hill Collins (2016). Tive contato com o artigo na disciplina “A Questão de Gênero” com a professora Andrea Moraes, e o mesmo me instigou a aprofundar o conceito de *outsider within*, que teve como sugestões de tradução para o português no próprio artigo os termos “forasteiras de dentro” ou “estrangeiras de dentro”. A abordagem de Collins me surpreendeu, pois ia muito além do debate sobre “marginalização”, sua análise me fez identificar experiências semelhantes que tive somente fora do Brasil, pois como será explicado ao longo dessa monografia, o “sentir-se estrangeira” pode ter origem de causas variáveis, inclusive a depender de nossa posição sócio-geográfica, enquanto que no Brasil eu não sou vista como uma mulher negra, passei por muitas experiências relatadas aqui quando estive fora, ainda que em idade mais tenra. No final da disciplina eu optei por esse artigo e esse tema como um possível projeto de pesquisa, ainda que na época com uma abordagem mais antropológica.

Ao conhecer minha atual orientadora tive contato com outras referências, minha subjetividade foi desconstruída em vários pontos, apreendi categorias e princípios, abandonei preconceitos e equívocos – e vejo esse processo até hoje, e assim como eu, o projeto de pesquisa começou a tomar forma e outros caminhos, e amadureceu teoricamente. No período de escrita da monografia participei do XVI CBAS em Brasília (2019) e levei a proposta do TCC como um trabalho de apresentação nos expositores, porém, ainda nesse momento, eu tinha muita dificuldade em entender meu objeto de pesquisa e o caminho que o trabalho estava seguindo. Era necessário apresentarmos um resumo com um cartaz e, com um forte incentivo da minha orientadora, aceitei levar a ideia para frente. Essa ação me desafiou a socializar o tipo de trabalho que estava nascendo, enquanto aproveitava a oportunidade ímpar de receber a contribuição de outras colegas da categoria, muitas com mais experiência e vivências enriquecedoras. Também pude conhecer a oficina Pérolas Negras que é citada nessa monografia e usada de exemplo no capítulo um. Concordo com a defesa de que qualquer

construção, nesse caso a do trabalho acadêmico, é feito por um coletivo, mesmo que indiretamente, e nessas linhas não tem somente a minha fala, as minhas reflexões, é um grande tecido de remendos, linhas e bordados, contribuições que jamais vou ter como retribuir completamente. Sou muito grata por ter chegado até aqui com tantos rostos, vozes e corações.

O artigo de Collins foi um ponto de partida de um ponto de vista muito importante para essa construção. A autora acadêmica negra disserta com maestria acerca desse status atribuído à mulher negra, de *outsider within*, alguém que está dentro e fora, como não tendo um significado completamente ruim ou completamente bom, mas a síntese da construção de um corpo e de uma imagem nas relações sociais existentes. A noção e a interpretação de invisibilidade e marginalidade como questões mais complexas do que “negativas em si mesmas” chama atenção na análise de Collins, que não defende a diferença como uma problemática em si mesma. Remonta à sociedade em que vivemos. Essa diferença aparece como uma espécie de estrangeirismo entre mulheres negras e aqueles/as com quem elas se relacionam. Portanto, explico e disserto sobre a categoria de Collins traduzindo-a para “estrangeiras de dentro”, buscando apreender algumas das particularidades no Brasil e nos Estados Unidos.

É com este entendimento que surge a necessidade de abordar este tema como Trabalho de Conclusão de Curso. Vivemos numa sociedade que justifica a teoria da democracia racial e que considera a luta contra o racismo como desnecessária, pretensamente por causa da miscigenação. Entretanto, como defendemos e provamos ao longo dos capítulos, o preconceito e a desigualdade social são permanentes na sociedade brasileira, a qual os nega, apesar da naturalização do corpo negro nas favelas e de trabalhos de status e caráter inferior para o consciente individual e coletivo do povo. Além disso, a análise dessas relações raciais não caminhará primariamente por um viés distante das dimensões econômicas e sociais. Esta é uma análise intersubjetiva do que é sentido por mulheres negras nessa realidade, seja na casa da patroa, seja em uma universidade.

Para entendermos a relação dessa subjetividade com a realidade, o trabalho apoiou-se em diversas autoras negras brasileiras e estadunidenses e em seus trabalhos teóricos, que refletem suas experiências (seu “self”) nas entrelinhas de suas análises. Portanto, o mesmo foi estruturado da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, abordamos em detalhes o significado sociológico da categoria *outsider within* (estrangeiras de dentro) e suas implicações para a identidade e existência da mulher negra, junto de alguns aspectos que se relacionam com ela, como a autodefinição e a autoavaliação, opressões interligadas, mobilidade e objetividade de um ser estranho (de

caráter estrangeiro) às estruturas, ainda que constitua a efetiva estrutura sobre a qual se move a sociedade. Buscamos abordar a concretude da mulher negra na sociedade capitalista com base em características subjetivas afetadas por esta realidade.

No segundo capítulo, aproximamos o olhar desta concretude com um foco no mundo do trabalho, justificando a ocupação em massa de mulheres negras no atual trabalho doméstico e suas ramificações como herança das relações escravocratas e servis no Brasil. Dessa maneira, objetivamos apresentar essas experiências de trabalho como base material do sentir tratado no primeiro capítulo, ou seja, expor o caráter invisível e, ao mesmo tempo, estrutural do trabalho doméstico.

No capítulo três, retomamos as implicações subjetivas do tema ao abordar processos de consciência nas relações com a *outsider within*. Apresentamos a memória e consciência como questões complementares e não excludentes, mais uma vez confirmando a relação da subjetividade com a realidade em vez de priorizar a primeira em detrimento da segunda, pois resistência e luta política nem sempre podem ser visíveis ou aparentes. A concretude do “ativismo” de mulheres negras pode ser mais complexa do que desejamos. Outro aspecto tratado é o enegrecimento do feminismo dentro dos movimentos sociais com o argumento de que muitas resistências não se materializaram pela invisibilidade da agenda feminista negra entre os feminismos.

Por fim, nas considerações finais expomos as conclusões que a proposta de análise e estudo desse trabalho nos permitiu inferir, e também sugerimos possíveis reflexões realizadas sobre a construção das mulheres negras como “estrangeiras de dentro” e sua importância para o debate étnico-racial.

## 1. “A ESTRANGEIRA” OU A CONCRETUDE DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Por que vivem dizendo prá gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (GONZALES, 1984, p.238)

Ao concluir seus comentários sobre “Mulheres e mulheres de cor”, Mary Talbert resumiu a admiração pelas mulheres negras expressa ao longo do simpósio. “Por sua posição peculiar, a mulher de cor adquiriu claros poderes de observação e julgamento - exatamente o tipo de poder que hoje é particularmente necessário para construir um país ideal.” (Davis, 2016, posição 2.585)

Qualquer trabalho que se preze e que aborde raça em uma disciplina social pressupõe estudar pessoas, ou melhor, relações sociais. O peso de concretude que essa categoria carrega - as relações sociais - não nega ou sobrepõe a subjetividade da mesma, e essa afirmativa já pode ser bem incômoda para algumas vertentes das ciências sociais. Assim como nos escritos da autora da categoria que nos serviu de base para o trabalho, Patricia Hill Collins, o tema da presente monografia valoriza a biografia pessoal do/a pesquisador/a, afinal, este/a não é externo/a e/ou neutro ao objeto de estudo. Ao explorar o significado por trás da categoria *outsider within* de Collins (2016), concordo com seu ponto de vista de que há potencial utilidade ao se conduzir uma pesquisa estando consciente de seu próprio pensar, seu “self”, e se aproveitar deste. Gilliam (1995) abordará a mesma questão ao falar de si mesma e outras semelhantes:

...volto-me para o debate atual nas ciências sociais à respeito da relação, se existe, entre produção intelectual e experiência pessoal. Alguns dos exemplos de escritura mais provocadora emergem nos momentos críticos em que a posição de subjetividade do autor fortalece a autoridade analítica. Há muitas razões para esta mudança de direção. (...) Escritura pessoal representa um esforço sustentado para democratizar a academia. Realmente ela emerge das lutas daqueles tradicionalmente excluídos da academia, tais como mulheres e membros de grupos minoritários para encontrar uma voz que reconheça não só o sentido da diferença, mas também a chegada demorada ao mundo erudito. (p.525-526)

Como será explicado mais à frente em detalhes, a melhor definição de um indivíduo ou um grupo partirá do seu próprio ponto de vista (*standview point*) para se afirmarem, ainda que com o grande desafio de afirmação abarcando a realidade em suas múltiplas determinações e sobredeterminações, caso a definição de quem está de fora seja baseada em pré conceitos estabelecidos antes do contato inicial e conhecimento desse indivíduo ou grupo. Portanto, Collins explica que, se falamos de um “objeto” do qual fazemos parte conscientemente, aquilo que será definido, estudado e exposto (como em uma monografia, por exemplo) não o será sem um senso de responsabilidade da nossa parte pelo privilégio e

conquista de estarmos neste lugar visível como estudantes, escritoras e pensadoras que assumem esse lugar de fala.

Em conferência realizada na 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzales, Davis (2011) inicia seu discurso abordando esse aspecto crucial quanto à invisibilidade e ‘voz’ da mulher negra, irônica e estrategicamente em seu momento de maior visibilidade no evento:

Um outro ponto que gostaria de abordar é o fato de que, quando as mulheres negras adquirem mais visibilidade, sempre se trata de mulheres de classe média. Gostaria de voltar ao século XIX, quando existiam clubes de mulheres negras que utilizavam o seguinte slogan: “Puxar para cima enquanto a gente avança”. (...) Gostaria também de compartilhar com vocês a idéia de um projeto que tem contado com a participação de várias mulheres negras. Ele reúne escritoras e cineastas que passaram a trabalhar juntamente com as mulheres mães solteiras da Previdência Social. Essa união foi realizada porque acreditamos que algumas de nós ainda têm voz. Algumas de nós são mais visíveis, podem escrever e publicar, são jornalistas. E algumas de nós podem filmar documentários (...) alguns de nós estão dizendo: “eles são nossos irmãos, e se adquirimos um certo grau de visibilidade, foi em cima dos ombros daqueles que ficaram para trás”. (DAVIS, 2011, s/n)

Ao iniciar esta monografia, é importante enfatizarmos nessa reflexão o quanto Davis aponta para uma compreensão primordial da luta e irmandade do movimento negro, pois, se somos conscientemente impelidas/os por um senso e entendimento de união e totalidade, além de valorizar e aproveitar o lugar que ocupamos, não há espaço para a vergonha e conflito interior quando este ou aquele chega a lugares de prestígio, reconhecimento e visibilidade, assim como não há conformidade e fatalismo neste ou naquele se permanece na posição humilhada e herdada historicamente. Junte a isso a possibilidade de consciência de classe e consciência histórica para si, e o movimento não reproduziria divisões e disputas medíocres, e sim, uma unidade poderosa para a emancipação do mesmo. É fundamental o aporte que o movimento negro pode dar à transformação da sociedade em seu conjunto.

Toda essa valorização da subjetividade não pretende de modo algum ignorar o impacto e protagonismo que a realidade tem sobre ela, como se tudo partisse exclusivamente do interior dos sujeitos. As subjetividades existem e se constroem concretamente. Ao abordar a concretude da mulher negra já há o pressuposto de um ‘caminho a trilhar’, uma síntese necessária de determinações diferentes para se entender quem é a mulher negra nessa realidade que, vista de uma totalidade mais abrangente, seria a própria formação sócio-histórica brasileira. Sim, sabemos disso tudo,

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um

resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. (GONZALES, 1984, p.225)

Portanto, a necessidade de falar do que se sente, se imagina e que está no (in)consciente é urgente, aprofundar a reflexão sobre o racismo é um caminho certo para uma aproximação da essência do fenômeno. Sendo a categoria trabalho a protagonista no capítulo dois, o objetivo do capítulo um é explicar, com base na categoria de Patricia Hill Collins, o ‘sentir-se estrangeira’ de mulheres negras, e como isso se fundamenta e é sentido em sociedade, além de analisar características próprias explicadas por alguns sociólogos e feministas negras para a significação do estrangeirismo.

A categoria *outsider within* não tem origem direta apenas com o que Collins explica sobre o pensamento feminista negro, faz parte dele. Todavia, suas inspirações revelam a universalidade do tema sobre a vivência (aparente ou mais complexa) de marginalidade para diversos grupos em diversos contextos sócio-históricos. A autora relaciona essa circunstância com um sujeito particular, a mulher negra, e assim, dedica sua defesa sobre a existência desse “status” particular da mulher negra como uma *outsider within*, considerando que há experiências diversas e que o sentir varia entre as mulheres negras. Portanto, diversas características são explicadas no presente trabalho como frutos desse status, desse sentir.

### 1.1. Resistindo e (re)construindo a própria identidade

Se fizermos uma leitura cuidadosa da autora, percebemos que não há maniqueísmo em sua fala para o uso da categoria *outsider within*, ou seja, esse status atribuído à mulher negra não tem significado completamente ruim ou completamente bom, é a síntese da construção de um corpo, de uma imagem, ou ainda melhor, como dito no início, a reprodução de relações sociais.

Portanto, a categoria abriga duas noções particulares de relações estabelecidas e entrelaçadas, um estar “fora” e “dentro”. Podemos pensar que a mulher negra brasileira, como *insider*, expressa seu lugar sempre presente nesta sociedade, a começar com o que temos por conhecimento da “fundação do Brasil” pela colonização europeia. Nosso país é historicamente marcado pelo racismo estrutural e pela herança escravocrata sobre a população negra e indígena. Apesar de sua condição subalterna e desumana, todo esse grupo fazia parte da estrutura sócio econômica e política daquele contexto, não era uma ideia, eram corpos reais que sobreviviam e serviam para a manutenção da ordem colonial e nacional. Entretanto, sendo



um dos últimos países a abolir ao menos formalmente a escravidão (mais de metade da sua história carrega essa atrocidade), no Brasil a ideia e naturalização do corpo negro enquanto escravo perdura com imensa força até os dias de hoje no inconsciente coletivo. Vide como uma das definições de “negro” no dicionário Michaelis é diretamente ligada a uma função imposta séculos atrás: “s.m. aquele que vive sujeito a um senhor; escravo; pessoa que trabalha muito”. Uma definição dessas em um dicionário oficial não é algo para se ignorar.

Como será visto em mais detalhes no capítulo dois, tomemos o exemplo da escrava e, comparativamente, da trabalhadora doméstica: não faz parte da família, ainda que presente em sua rotina e hábitos diários. Não tem nenhuma herança ou privilégios junto à família, mas contribui para a manutenção e reprodução da vida material e espiritual da mesma. Nas palavras de Collins, “essas mesmas mulheres negras sabiam que elas jamais pertenceriam a suas ‘famílias’ brancas. Apesar de seu envolvimento, permaneciam como *outsiders*” (2016, p.100). E assim, como *outsider*, esse corpo presente não tem pertencimento, não atende à expectativa do que é considerado certo ou padrão, ordem ou norma, está à margem do que seria o “centro”.

Tomando como exemplo de estranheza e não aceitação em um nível abrangente, em seu romance de sucesso *Jane Eyre*, Charlotte Brontë narra a infância de Jane como uma órfã maltratada sob a proteção não desejada de uma senhora, viúva de seu falecido tio:

Eu era um corpo estranho, na mansão de Gateshead. Diferente de todos ali. Não possuía nada de comum com a senhora Reed e o seus filhos, ou com a sua vassalagem predileta. Se eles não gostavam de mim, muito menos eu deles. Não podiam olhar com afeição uma coisa que não lhes tinha simpatia, uma coisa heterogênea, diversa no temperamento, nas possibilidades, nas inclinações; uma coisa inútil, incapaz de servir ao seus interesses ou de colaborar nos seus prazeres; uma coisa nociva, que cultivava os germes da insurreição contra o seu temperamento, e o do desprezo pelos seus conceitos. Reconheço que se eu fosse uma garota acessível, brilhante, descuidosa, exigente, generosa, travessa - espírito ao mesmo tempo dependente e sem amigos - a senhora Reed teria aturado mais complacientemente a minha presença, os meninos me tratariam com mais cordialidade, os criados não se achariam tão inclinados a fazer de mim o bode expiatório da criançada.

A órfã Jane era considerada e tratada como um corpo morto na mansão, embora servisse aos interesses da família. Esta relação é imensamente maior para uma criança negra pobre e até órfã. Nos períodos colonial e imperial sua escravização servia aos interesses da classe dominante, e ainda hoje é isso que vemos nas ruas, semáforos e viadutos.

Guardando as devidas particularidades, infelizmente, como *outsiders*, muitas mulheres negras podem ser vítimas, como já o foram, de serem tachadas como “uma coisa nociva”,

“uma coisa inútil”, sem a simpatia e afeição “do outro”, e sim, vítimas de um “desprezo” por esse “corpo” ser uma “insurreição” à ordem estabelecida.

Tomamos a liberdade de utilizar o mesmo significado por trás da categoria de Collins traduzindo-a para ‘estrangeira de dentro’ ou só ‘estrangeira’, e há três motivos para isso. Primeiro, apesar da presente bibliografia ser carregada de autoras estadunidenses e brasileiras, Collins tem como parâmetro apenas a sociedade estadunidense, e o objetivo do trabalho é possibilitar um foco desse status no Brasil, logo, traduzo a categoria para a língua portuguesa para melhor aproximação da nossa realidade no discurso. Outro motivo que serve como defesa de todo o conteúdo aqui presente, é que “a dominação sempre envolve a objetificação do dominado; todas as formas de opressão implicam a desvalorização da subjetividade do oprimido” (Brittan & Maynard *apud* Collins, 2016, p.105); em outras palavras, desconsiderar a subjetividade é se calar diante da opressão e da história real destas ‘estrangeiras’; é ir contra o próprio trabalho. Um terceiro e último motivo, que se ramifica do primeiro, é que ao tratar da experiência de mulheres negras brasileiras realizo uma tentativa de “autodefinição” e “autoavaliação”, enquanto uma aproximação ao falar de e para mulheres negras, como proposto pela própria Collins. Não à toa, pois nossa história é marcada por discursos de brancos/as definindo e falando de negros/as, como uma espécie de objeto de estudo, quando antes eram objeto de servidão e escravização.

Para exemplificar, Gonzales (1984) narra, em epígrafe ao seu texto, uma circunstância na qual há mais escrito nas entrelinhas do que se vê explicitamente, carregada de um misto inteligente de sinceridade e ironia:

...Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa pro crioléu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que

a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente?... (p.223)

Pressupunha-se que brancos sabiam mais sobre os negros e poderiam discursar sobre eles melhor do que eles mesmos. Há manchas de hipocrisia e vaidade nesse discurso pintado de piedade e denúncia da violência, como aponta o texto.

Desde tempos antigos até hoje, o ser humano tem a necessidade de nomear coisas, no intuito de apresentá-las como sua propriedade, sua dominação sobre elas, e o nome pode muito bem definir a coisa chamada por ele, vemos isso na colonização, na adoção de um animal, no texto acadêmico do fulano intelectual de tal... Mais do que serem “objetos de estudo”, é necessário que falemos. Além disso, como um tema-chave para o pensamento feminista negro, essas duas categorias, autodefinição e autoavaliação, colidem com a formação cristalizada de um saber estereotipado que define externamente mulheres negras e é validado por um sistema eurocêntrico, mesmo aqui no Brasil.

A importância da autodefinição parte da análise de que o entendimento acerca de estereótipos é igualmente importante, e Collins se aproveita das reflexões de Mae King para mostrar o controle e definição representados pelo estereótipo, juntamente com as reflexões de Cheryl Gilkes, que aponta para esse controle necessário e agressivo, principalmente quando a assertividade de mulheres negras desafia o *status quo*, o sistema vigente e suas ‘regras’. Ao sermos assertivas, lembramo-nos da urgência da autodefinição e autoavaliação para lutar, pois “aguentar os ataques frequentes de imagens controladoras requer uma força interior considerável (...), pode ser debilitante ser tratada como menos humana se a mulher negra não se autodefiniu” (Collins, 2016, p.106).

O aparecimento de estereótipos pode ser sutil em alguns momentos. Por exemplo, Carneiro mostra um exemplo nas relações de homens negros com o sexismo e o racismo: expressa o lugar do negro como um processo de identidade e construção entre si nas relações raciais no Brasil:

Para este homem negro deixar de ser um pé-rapado e adquirir uma mulher branca significaria libertar-se da condição social de negro e colocar-se em igualdade em relação ao homem branco. E por pretender-se neste lugar que Joel Rufino para sustentar suas bravatas, permite-se olhar para as mulheres do alto de sua hipotética supremacia de macho, e tomá-las como Fuscas ou Monzas à sua disposição no mercado tal como um senhor de engenho considerava e usava brancas e negras. A construção da identidade é um processo que se dá tanto pela aproximação com o outro (aquele com quem desejamos nos assemelhar e que é qualificado positivamente) como pelo afastamento do outro (de quem nos julgamos diferentes e qualificamos negativamente). Na tentativa de diminuir o medo e a ansiedade causados pela possível semelhança ou dessemelhança entre eu e o outro, reproduzo

imagens que me aproximem do positivo e me afastem do negativo (1995, p. 546-547).

Ela apresenta um olhar de análise ao discutir a relação entre gênero, raça e ascensão social que, por mais singular que seja esse tema, não foge às expressões do racismo estrutural no Brasil. Pelo contrário, sua contribuição auxilia para entendermos que é exatamente nesse processo de relações que a mulher negra se vê, que a sua identidade é construída e entendida também. Não obstante, essa característica da ‘estrangeira’ é uma relação positiva em diversos casos. Carneiro foi uma dessas brilhantes mulheres que apontou a singularidade da aspiração pela ascensão social existente em sociedade por uma via racista, chauvinista e machista. Seu ponto de vista permitiu uma forma de interação bem específica que a privilegiou ao habilitá-la em observar com mais facilidade circunstâncias como essas.

Assim como a diferença não é algo negativo por si mesmo, mas o significado por trás da diferença em determinado contexto (que se baseia e se reproduz na exploração e na opressão), os estereótipos fazem parte da imediatividade e do caráter fragmentado do cotidiano, que por si mesmos são inevitáveis. Porém, a reprodução de muitos deles conduz a imagens que desumanizam e controlam mulheres negras, precisamente porque se dá realmente, de maneira real e indissociável do contexto no qual se constrói e se reproduz este significado. De imagens mais óbvias até as mais contraditórias, como a dicotomia da mulata desejada e sexualizada no Carnaval com a preta velha assexuada para cumprir sua função suprema do cuidado no ambiente doméstico invisível e desprezível do cotidiano brasileiro (GONZALES, 1984). A análise psicanalítica que Lélia aborda traça uma perspectiva nas entrelinhas das análises econômicas. E ainda que seja uma citação prolixa, não nos deixa dúvidas do quanto a imagem *fala*:

O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. (...) Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas: Nesse sentido vale apontar para um tipo de experiência muito comum. Refiro-me aos vendedores que batem à porta da minha casa e, quando abro, perguntam gentilmente: “A

madame está?” Sempre lhes respondo que a madame saiu e, mais uma vez, constato como somos vistas pelo “cordial” brasileiro. Outro tipo de pergunta que se costuma fazer, mas aí em lugares públicos: “Você trabalha na televisão?” ou “Você é artista?” E a gente sabe que significa esse “trabalho” e essa “arte”. (p.228)

Os exemplos servem como lupa para demonstrar o que ocorre no Brasil em termos da imagem e juízo de valor que é atribuído à negra, ainda que não seja um evento particular, como o Carnaval, que reproduza essa alienação e estereótipo unicamente, mas o cotidiano em toda a sua complexidade e determinações práticas possibilita massificar na consciência os mesmos.

Mas há que se lembrar que imagem é linguagem. Há um tipo de saber envolvido que comanda as relações sociais e afirma como se dialoga com a negra: “A insistência quanto à autodefinição das mulheres negras remodela o diálogo inteiro. Saímos de um diálogo que tenta determinar a precisão técnica de uma imagem para outro que ressalta a dinâmica do poder que fundamenta o próprio processo de definição em si” (Collins, 2016, p. 103). A autodefinição é ser assertiva, é tomar para si uma validade de declaração que, sendo positiva ou negativa, é completamente assumida por quem dirige o discurso, e esta é a linguagem expressa de um corpo, de nós mesmas.

Pensando em uma analogia para não nos afastarmos muito do proposto, consideremos a questão da invisibilidade. Qualquer indivíduo que discursa e declara algo raramente o fará às sombras ou às escondidas, mas em uma plataforma ou palanque, para uma visibilidade fácil. A autodefinição necessita imprescindivelmente de um lugar real, que não pode ser ignorado e apenas marginalizado; para isso, a “autoavaliação” aponta para o conteúdo dessa definição, a partir de uma análise crítica dos critérios e intenções de quem define. Porque ao compreender e combater uma avaliação que faz, por exemplo, paralelos entre a assertividade negra com agressividade e insubmissão, possibilita que “mulheres negras criem seus próprios padrões de avaliação da condição feminina [afro-brasileira] e que valorizem as suas próprias construções” (Collins, p.104-105), mostrando, por exemplo, que sua força, coragem e autenticidade, não são sinônimos de brutalidade, ódio cego ou TPM...

A margem, enquanto tangente de um conjunto, é facilmente distante e até invisível, mas, se é atribuída a ela esse nome e significado, é porque é real, tanto quanto o restante do conjunto. Essa margem é materializada em corpos, Lélia dirá “o lixo da sociedade brasileira”, não está fora, e sim, dentro; não é o centro, mas cerca, é maioria... E se a maioria falar, definir, certamente não haverá mais espaço para a invisibilidade dela, a voz do que antes era o outro negativo, será sujeito, porém, não como uma consciência à parte da realidade, essa

maioria deve se compreender em relação à divisão social do trabalho, e o tipo de outro do outro que ela é de modo estrutural para esse tipo de sociedade.

A ideia do outro é um termo comum entre autoras de literatura sobre estrangeiridade e feminismo, como Simone de Beauvoir e Grada Kilomba. Esta última é analisada por Ribeiro (2017) ao tratar do seu senso de estrangeiridade no Brasil: “a mulher negra é o ‘outro do outro’, por ser essa dupla antítese de branquitude e masculinidade. Que não é pensada a partir de si mesma, mas por meio do olhar masculino e branco” (s/n), o que cria uma hierarquização de humanidade, nos colocando numa subcategoria. Soa como um pensamento retrógrado, não? Não é o sistema escravocrata que cometia “hierarquização de humanidade” ao desconsiderar a alma dos negros, ou simplesmente por tê-los como uma espécie de ser subdesenvolvido?

O *status* de ser “o outro” (ou o outro do outro) pode ser analisado à luz do pensamento dualístico do tipo “este” ou “aquele” que, de acordo com Bell Hooks (1984), é um componente essencial para explicar sistemas de opressão (que nós chamaremos de ‘dimensões interligadas de opressão’), e Collins se aproveita dele para fundamentar a “natureza interligada de opressão”, como um dos pilares para o pensamento feminista negro (além das duas categorias explicadas nos parágrafos acima). O pensamento dualístico categoriza as pessoas, as coisas e as ideias em ‘caixinhas’ a partir de diferenças como: homem/mulher, branco/preto, natureza/cultura, fato/opinião, razão/emoção; e há duas características desse pensamento que explicam a importância de que pensemos criticamente sobre o mesmo nesta reflexão sobre o tema da marginalidade:

[Uma] característica fundamental deste constructo é que a diferença não é complementar no sentido de que as metades da dicotomia não se realçam entre si. Ao contrário, as metades dicotômicas são diferentes e inerentemente opostas umas às outras. Uma terceira e mais importante característica é que essas relações de oposição são intrinsecamente instáveis. Como raramente essas dualidades representam relações de igualdade na diferença, a relação inerentemente instável é resolvida ao subordinar-se uma metade de cada par à outra. Dessa forma, brancos dominam negros, homens dominam mulheres, razão é aclamada como superior à emoção em garantir a verdade, fatos superam opinião ao avaliar conhecimento, e sujeitos dominam objetos. (Collins, 2016, p. 108)

Diante da complexidade de nossa própria realidade, mulheres negras vivenciam uma série de dualidades e subordinações referentes a elas, que se interligam nas relações existentes. A vida de uma mulher negra brasileira (uma “estrangeira de dentro”), foi marcada pela desigualdade social, pelo sexismo, pelo racismo, pela violência, pelos estereótipos do preconceito... Sendo escrava de brancos por vários séculos, seu status é moldado pela pobreza, pela inferioridade (de classe, sexo e raça) e pela falta de direitos, impensáveis na

escravidão. Como esse corpo é negro, parte-se de pressupor que, naturalmente, toda escrava deve ser negra – e toda negra deve ser escrava; sendo mulher, é vista, com mais força devido à escravidão, como a encarnação da submissão cega e inquestionável nas relações sociais do modo de produção capitalista (MPC). Logo, não há que se perguntar: qual dimensão é pior? Pois,

as mulheres negras realmente estavam presas por um grilhão triplo de opressão: “Toda desigualdade e limitação impostas à mulher branca estadunidense são agravadas mil vezes entre as mulheres negras, triplamente exploradas - como negras, como trabalhadoras e como mulheres”, [imagine então uma trabalhadora dessas em um país dependente, e não central como os EUA?]. Essa mesma análise do “risco triplo”, a propósito, foi posteriormente sugerida pelas mulheres negras que tentaram influenciar a fase inicial do movimento contemporâneo pela libertação feminina (Davis, 2016, posição 2.846, grifos nossos).

Raça e classe estão socialmente sobredeterminados (Almeida, 2018), o sexismo e o racismo são estruturais em um sistema que dá a cor, o sexo e o gênero para a classe trabalhadora e para a burguesia, de modo a alcançar os interesses do grande Capital.

## 1.2. Assumindo uma identidade entre contradições

Os negros americanos constituem não tanto uma classe como uma nação, e sua experiência nos Estados Unidos tem sido única. (...) A nacionalidade negra emerge de duas fontes: uma comunidade de interesses em uma sociedade virulentamente racista; e uma cultura particular que tem sido ela mesma um mecanismo de sobrevivência tanto como de resistência à opressão racista. Ao mesmo tempo, os negros vivem entre brancos e fazem parte da cultura nacional americana. Em definitivo, eles tanto são parte como estão [à parte] da nação americana. (Genovese *apud* Hasenbalg, 1982, p. 79)

Assim como em Collins, o objetivo deste trabalho não é dar protagonismo à marginalidade impressa na ideia de *outsider*, mas compreender parte do profundo significado por trás dessa ‘estrangeira de dentro’, especialmente sua potencialidade. Pessoalmente, estudar o conceito de ‘estrangeiro’, ‘estranho’, ‘forasteiro’, entre outros sinônimos, é uma experiência riquíssima e instigante, mas dolorosa. É possível a identificação, ou pelo menos a assimilação, por parte das leitoras com o tema, pois essas categorias incomodam, afetam em maior ou menor grau, exatamente pela nossa busca por identidade e desejo de protagonismo em nossa própria história. E a depender do ‘sentir’ em sociedade, muitos podem se ver em um espaço de fronteira também, em um ‘não-lugar’ de potência. Porém, para que não haja equívocos, me alio às palavras de Collins:

(...) não pretendo de forma alguma negar o problema muito real que esse status social tem para um grande número de mulheres negras. Por muito tempo a sociologia norte-americana tem identificado o status marginal como problemático. Contudo, o meu senso de “problemas” diverge daquele defendido por sociólogos tradicionais. (...) Pela perspectiva [de alguns autores], marginalidade e diferença em si mesmas [são] problemas. Essa perspectiva levou de forma bastante racional a solução da política social de assimilação. O objetivo era eliminar as diferenças ou, se isso não funcionasse, fingir que não era importante. Em contrapartida, argumento *que é o significado vinculado à diferença que é o real problema* (2016, p. 102, grifos nossos).

Essa fala de Collins é importantíssima, porque se apenas rejeitamos a ideia de marginalidade como um lugar negativo por si mesmo, o problema não será o sistema que reproduz essa marginalidade ou diferença, mas estará no sujeito marginal que não se adequa. É ruim para a mulher negra ser marginalizada, então se pensará que ela precisa mudar. Porém, se caminarmos em consonância com a autora, percebemos que o “significado vinculado à diferença” pode nos conduzir à real essência do fenômeno, permitindo-nos assim uma crítica radical do que se entende por ‘estrangeira de dentro’ e como esse status é reproduzido na ordem capitalista no local dado à mulher negra: precarizado, escravizado, inferiorizado.

Para melhor entender esse ‘sentir’ experimentado nessa ordem, Simmel (1950) explica que, na sociologia, o estranho é semelhante a um ser que perambula ou vaga pelo espaço, ele se liberta de todos os “pontos” espalhados nesse espaço, mas também se fixa em todos eles; logo, o estranho é a unidade dessa contradição: o seu posicionamento é de libertação e de fixação.

Pois bem, quero chamar a atenção para dois aspectos: primeiro, a partir dessa definição, esse/a estranho/a tem alguma relação intrínseca com o movimento: a movimentação é o que lhe dá sentido, não necessariamente uma movimentação espacial e/ou física, mas um movimento nas suas relações sociais existentes. Segundo, se comparamos os termos de Simmel com os de Collins quanto à contradição dentro e fora, ser colocada ‘para fora’, ser uma *outsider*, é “libertação”, entretanto, nós vimos em alguns parágrafos acima que o sentir-se de fora é exatamente o que nos aproxima da ideia de discriminação e opressão, então, como Simmel poderia contribuir para a presente reflexão?

A estrangeiridade para a mulher negra parte de relações intersubjetivas como um movimento de aproximação e afastamento, que reitera sua potencial agência particular e possibilita “poderes de observação e julgamento”. A estrangeira experimenta a unidade de uma contradição, porque quando se aproxima do centro se percebe como alguém afastada e estranha a ele, enquanto que por ser afastada só irá estranhar o centro por estar aproximando-se dele. Pensar essa afirmação é uma ideia semelhante à de *outsider within* de Collins, a de



um indivíduo dentro, portanto, próximo do centro, porém às margens, afastado, como se houvesse limites realmente espaciais no grupo (SIMMEL, 1950). Esse *status*, longe de ser apenas um peso, é defendido como estratégico por muitas militantes, como Bell Hooks afirma, ao ser citada por Collins: “Ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos” (HOOKS apud COLLINS, 2016, p. 100). Hooks não poderia ser mais exemplar ao vivenciar tais contradições tão dolorosas; um corpo presente, mas sem visibilidade real, porém lutando para usar estas mesmas contradições a favor de si e de sua compreensão da realidade. O caminho feito por ela foi exatamente o de tomar sua posição de *outsider within* como um auxílio para entender a si mesma e o que essa estrutura representa. Um processo que desnaturaliza o que há tempos está naturalizado, e aponta para a posição que o próprio centro tem assumido de si mesmo e daquelas que este tem tentado conservar às margens.

Além de auxiliar-nos a entender como grupos sociais reagem a fim de sobreviver em determinados contextos, a marginalidade torna-se uma reação de libertação por fugir da opressão ou de um ‘padrão’ do qual o centro é constituído. Ainda é um ideal, mas continua sendo uma resistência. A *outsider within* garante para si um afastamento que estranha, que desvela e aponta para uma estrutura diferente da que existe.

Certo, estamos avançando no paralelo entre os dois autores, porém o sentido de “libertação” feito por Simmel é importante para conduzir-nos em uma direção emancipatória, e ela é facilmente vista quando focamos em um terceiro elemento abordado por Collins que é a importância da cultura de mulheres afro-americanas, pois a mesma apresenta-se como liberdade e as diferencia em relação ao que o pensamento hegemônico tem por correto e melhor. Porém, não podemos prosseguir sem considerar a observação que Collins realiza ao citar Mullings para definir cultura:

(...) [cultura são] símbolos e valores que criam a moldura de referência ideológica pela qual as pessoas tentam lidar com as circunstâncias nas quais se encontram. Cultura... não é composta de características estáticas e discretas que podem ser movidas de um local para o outro. Ela é constantemente mudada e transformada a medida que novas formas são criadas a partir das antigas. Portanto, cultura... não surge do nada: é criada e modificada por condições materiais (2016, p. 111).

E citar também suas implicações sobre a definição:

Visto por essa perspectiva, a cultura das mulheres negras pode fornecer o quadro de referência ideológica, ou seja, *os símbolos e valores da autodefinição e autoavaliação que ajudam as mulheres negras a verem as circunstâncias que modelam as opressões de raça, classe e gênero*. Além disso, a definição de Mullings

de cultura sugere uma expressão concreta e material; estarão presentes em instituições sociais como a Igreja e a família, na expressão da arte, da música e da dança e, se não forem reprimidos, nos padrões de atividade econômica e histórica (2016, p. 111, grifos nossos)

A importância da cultura se entrelaça com os conceitos vistos anteriormente sobre autodefinição e autoavaliação, pois, enquanto liberdade, a mesma permite ser expressão e até autopreservação de um grupo oprimido que encontra refúgio em suas raízes, costumes, história... A história é, inclusive, um elemento essencial ao resgatar e iluminar a consciência perdida de uma totalidade, que se aclamada e analisada, permite que a consciência não seja mais motivo de alienação, e sim, emancipação (GONZALES, 1984). Mais pra frente abordaremos melhor esse conceito.

Se considerarmos a cultura por uma perspectiva profundamente subjetiva, podemos analisar o que o filósofo Schütz trata sobre o “pensar habitual” do estrangeiro que, culturalmente analisado, permite uma perspectiva diferenciada acerca do que a cultura de mulheres negras proporciona. Esse pensar habitual é como uma concepção relativamente natural do mundo, de onde parte suas comparações, compreensões originais (Schütz, 2010). Por ter uma mentalidade diferente do grupo aproximado em relação ao seu grupo de origem, devido a um embate de culturas, por exemplo, e por, conseqüentemente, ter como referência inquestionável para avaliar outros grupos também o seu grupo de origem, é facilitado para o estrangeiro observar padrões hegemônicos externos. Esse pensar habitual quando confrontado com outro tipo de mentalidade gera “crises pessoais” por divergir do “pensar” que a situação concreta exige. Essa categoria trata do estranhamento subjetivo do estrangeiro, como se sua ‘bagagem’, o que está ‘dentro de si’ fosse confrontado com ‘o que está fora’.

Pois bem, o que é útil para nós nessa abordagem é a maneira como Schütz interpreta essa categoria e o uso que a estrangeira pode fazer dela. A reação da estrangeira será tentar ‘traduzir’ o mundo do outro a partir do seu próprio pensar habitual – o que às vezes pode gerar questionamentos ou críticas que os indivíduos imersos nessa estrutura não compreendem ou não sabem como rebater. Não é uma atividade simples, principalmente ao considerar o Brasil na história do mundo, a construção e reprodução do mito da democracia racial, a concepção de raça nesse mesmo país, etc... Comparativamente, nessa tradução pode ocorrer ‘um alerta’ de sobrevivência que identifica dimensões interligadas de opressão se a mulher negra tiver acesso a análises teóricas aprofundadas, ou simplesmente a identificação do que parecerá um preconceito, uma violência contra o seu corpo, os quais com maior abstração sabemos ter relação com o racismo.

Um exemplo muito interessante de incentivo a essa cultura foi a Oficina “Pérolas Negras”, um projeto realizado pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS São José, localizado no município de Santo Antônio do Monte (MG), no ano de 2017:

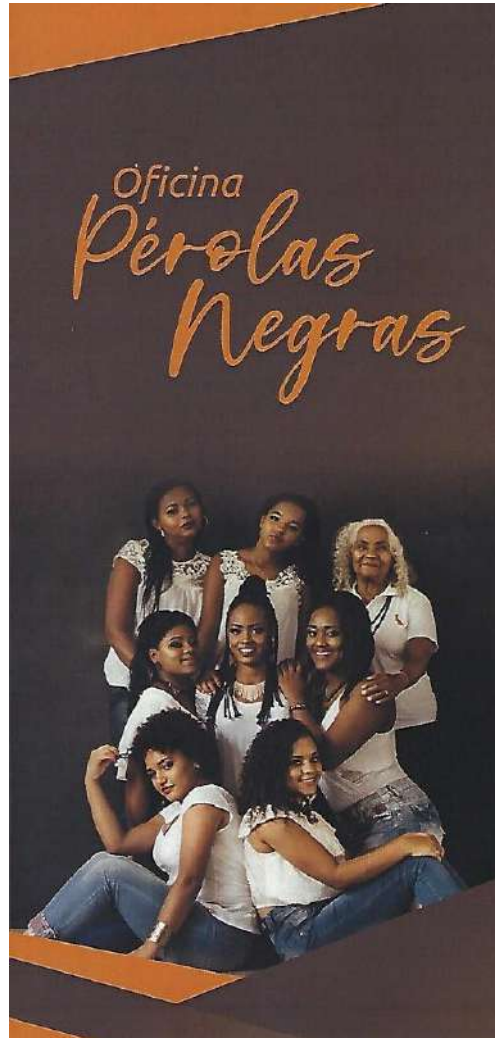


Figura 1 - Capa do Folder Oficina Pérolas Negras do CRAS São José, MG

A oficina foi feita por meio de uma abordagem psicossocial e direcionada para adolescentes/mulheres afrodescendentes com idades entre 14 e 79 anos. O trabalho foi feito com quatro encontros semanais com temáticas e dinâmicas diversas, de modo a estimular a conscientização e autoestima das participantes, gerando reflexões e diálogos sobre padrões de beleza, origens históricas e relações sociais com foco nos costumes estéticos, valorizando a beleza e autenticidade da cultura afro-brasileira. Os encontros tiveram palestras, sessão fotográfica profissional com utilização de figurino e maquiagem, workshop de uso de turbantes e maquiagem, além da dança afro, em parceria com a Comunidade Quilombola Tabatinga de Bom Despacho (MG), além de um evento cultural feito estrategicamente no dia

20 de novembro com apresentações, recital de poesias e exposição do ensaio fotográfico realizado no encontro anterior.



Figura 2 - Folder aberto da Oficina Pérolas Negras do CRAS São José, MG

A necessidade de expressar-se e estimular a criatividade das mulheres negras, ainda que em esferas muito limitadas, dar-se por razões de resistência à objetificação que sofrem e de luta pelos seus direitos, além de sua subjetividade expressar fortemente sua própria natureza humana em vez de confirma-las como objetos. É como a descrição de Willie Mae Ford Smith, cantora gospel proeminente da década de 80 nos EUA, sobre o que para ela significa cantar: “é um sentimento dentro de você. Você não consegue se controlar... eu sinto como se pudesse voar. Às vezes me esqueço que estou no mundo. Eu apenas quero decolar.” (SAY..., 1982). Como Collins enfatiza, “sua criatividade é uma esfera de liberdade” (2016, p. 112).

Historicamente, nos EUA, tem-se a idéia de que os artistas existem para promover o entretenimento das pessoas. Dessa maneira, perde-se de vista o profundo papel dos artistas, que é colocar uma nova consciência, uma vez que eles têm recursos visuais e performáticos, usam o corpo como forma de expressão artística, enfim, possuem modos de dizer as coisas que o discurso político não dá conta (Davis, 2011, s/n)

Se analisamos a arte no âmbito religioso, este continua impressionando no que diz respeito à cultura afrodescendente, pois vê-se não somente as religiões de matizes africanas resistindo, como há décadas, mas o próprio âmbito evangélico retornou a evocar um “chega!” ao racismo, parafraseando o musical *Rua Azusa*, que narra a história do pastor William

Seymour, que usou sua oratória envolvente para mudar a rotina de uma comunidade em Los Angeles, transformando um pequeno galpão da Rua Azusa num templo que atraía multidões para seus cultos. Mais do que isso, conseguiu reunir brancos e negros lado a lado, no começo do século XX, quando a segregação racial estava no auge nos EUA:



Figura 3 - Figura 3 - Musical Rua Azusa I. (Foto: Wendy Vatanabe Cruz/Divulgação)



Figura 4 - Musical Rua Azusa II. (Foto: Wendy Vatanabe Cruz)

Portanto, a arte e a cultura podem muito bem auxiliar na compreensão do que definimos por “libertação” da estrangeira a partir da categoria *outsider* de Collins e de Simmel devida ao movimento que acontece com o “estranho”. O outro aspecto dessa mobilidade como característica de uma *outsider* é explicado pelo sociólogo a partir da categoria “objetividade do estranho”, o que aponta para outra determinação específica do ‘sentir-se estranha’. Vejamos: enquanto estranho a um grupo que se aproxima ou que é considerado como tal, ele não participará das ‘regras’ estabelecidas por esse grupo ou não seguirá as tendências peculiares deste, o estranho garante para si uma aproximação com uma atitude específica de *objetividade*, “mas [esta] não envolve simplesmente passividade e separação; é uma estrutura particular composta por distância e proximidade, indiferença e envolvimento” (SIMMEL, 1950, p.2); ou seja, Simmel apresenta o afastamento do estranho como uma característica que o permite libertar-se para identificar e observar “padrões hegemônicos” dos ‘verdadeiros *insiders*’. Geralmente, esse processo explica muitas narrativas de mulheres negras, como explicado por Collins, que participantes de famílias brancas, também o eram dos segredos mais íntimos das mesmas, pois a abertura de confidências para uma *outsider* soava “mais confiável” (não que seja uma escolha sempre consciente das famílias) do que para um membro próprio do grupo e, portanto, de dentro.

Se olharmos no dicionário, o significado de estranho parte de duas perspectivas: uma, “que não pode ser identificado ou reconhecido como parte integrante de; de fora, do exterior; estrangeiro”, e a outra “que provoca espanto ou admiração por ser novo, desconhecido ou nunca visto; muito diferente dos padrões usuais; insólito, esquisito, extraordinário” (*Michaelis Online*), logo, ainda que um ser de fora, ele só pode ser identificado como de fora quando confrontado com o que é ‘de dentro’, quando causa estranhamento.

É pela objetividade, então, que a estrangeira move-se entre relações e desenvolve um conhecimento de si mesma com fins emancipatórios, e se aproveita de seu status para agir, sem passividade: “A objetividade não é de modo algum a não-participação (que está completamente fora da interação subjetiva e objetiva), mas um tipo positivo e específico de participação, [se refere exatamente à] sua plena atividade, que opera de acordo com suas próprias leis (...)” (Simmel p.2). Tome-se nota: é pelas suas próprias leis, mas defendemos que de acordo com as condições dadas na realidade. Aproveitemos o exemplo da autora Angela Gilliam ao relatar suas desventuras pelo Brasil nos anos 70; a mesma sentiu a complexa mobilidade entre as diversas dimensões abordadas na presente monografia, veja:

Que os amigos pedissem a Angela para fazer uma entrevista sobre o racismo no Brasil servia para ressaltar a distinção entre mim e os meus contrapartidos

brasileiros. *Uma estrangeira seria mais visível e também mais protegida.* Eu concordei em fazer a entrevista na noite anterior à minha saída do Brasil. (Gilliam, 1995, p.537, grifos nossos)

O parágrafo introduz o que viria a ser uma entrevista para um jornal no período da ditadura militar sobre a existência de racismo no Brasil - o que seria censurado posteriormente por infringir “a imagem de cordialidade e ausência de conflitos intergrupais no país”. Porém, Angela, sendo uma antropóloga negra norte americana, experimenta o conflito identitário em estar presente em um país no qual existe racismo, e apesar de sua raça, ela “representa” algum grau de dominância e hierarquia devido à posição central e hegemônica do seu país de origem em relação à condição dependente do Brasil a este. Por favor, não queremos nem entrar em muitos detalhes nesse exemplo, pois a questão não é tão simples quanto parece ao ser descrita, só observe a particularidade que essa mulher experimentou ao considerarmos as dimensões de raça, classe, gênero, nacionalidade.

Como um ‘ponto à margem’, a mulher negra pode usar sua objetividade e mobilidade para interpretar e avaliar a si mesma em um centro que aparenta ser o padrão, a referência, e assim, desvendá-lo e descobrir por que é posicionada estruturalmente como ‘estrangeira’. A experiência internacional de Djamila Ribeiro em uma palestra na Embaixada do Brasil da Noruega representa a necessidade dessa autoavaliação nesse ‘movimento’, ela narra a fala de uma das ouvintes:

Ela contou ser filha da mistura entre negro e branco, mas que, por ter a pele clara, era considerada branca no Brasil. Por conta disso, nunca refletia sobre o racismo. Ao morar na Noruega, percebeu que não era branca. Os habitantes do país não a viam como, e se confundiam em acertar sua origem. Na Europa, percebeu que era vista como o “outro”, aquela que não é branca e é estrangeira. A partir desse choque de realidade, ela passou a questionar seu papel. Ao sentir na pele ser olhada como alguém que não se encaixa, percebeu a necessidade de se posicionar, e me perguntou: “Só fui perceber isso na vida adulta, mas, quando volto para o Brasil, sou bem tratada e com respeito, deixo de ser estrangeira ou estranha. Você, como mulher negra, sabe bem o que é sofrer com essa dupla violência, inclusive em seu próprio país. *Como é para você ser estrangeira em seu próprio país?*” (RIBEIRO, 2017, s/n, grifos nossos)

Esse distanciamento do considerado ‘centro’ permite uma crítica que busca desvelar o que vemos hoje, e assim, desmistifica e estranha o que discursa-se ser óbvio ou natural na consciência de todos, como se a história se apagasse e evaporasse pelo decorrer rápido e curto do tempo (pensemos como somos um país jovem). O próximo capítulo pode nos auxiliar a identificar como a dimensão do trabalho escancara essa realidade tão subjetiva e sutil, que ao mesmo tempo se mostra concreta e objetivamente cruel.

## 2. O TRABALHO COMO BASE MATERIAL DO SENTIR: a herança das relações escravocratas e servis no atual trabalho doméstico

[Tratar da herança de relações escravocratas] e de seus efeitos, da forma pela qual a mulher negra foi desumanizada, nos dá a dimensão da impossibilidade de se pensar um projeto de nação que desconsidere a centralidade da questão racial, já que as sociedades escravocratas foram fundadas no racismo. (Davis, 2016, posição 82)

Embora o comportamento sexista de seus companheiros precisasse, sem dúvida, ser contestado, *o inimigo real – o inimigo comum – era o patrão, o capitalista* ou quem quer que fosse responsável pelos salários miseráveis, pelas insuportáveis condições de trabalho e pela discriminação racista e sexista no trabalho. (Davis, 2016, posição 2.504, grifos nossos)

Defendemos o mundo do trabalho como principal fonte de provas para basear o que já temos explicado até aqui: como muitas mulheres negras sentem-se estrangeiras em seu próprio país. Nosso sistema é capitalista, esse modo de produção tem a valorização do capital como fim e a exploração da força de trabalho como meio, portanto, identificamos que uma das melhores bases materiais para a construção histórica do lugar da mulher negra é o trabalho e sua divisão sexual, racial e internacional, ou como Gomes (2018) denomina, “divisão interseccional do trabalho”, por se aproveitar de determinações de sexo, raça e classe para a sua divisão, hierarquização e reprodução. E há que se entender que no processo do desenvolvimento capitalista, o trabalho pode ofuscar outros aspectos da existência de um indivíduo e até de uma coletividade, por desconsiderar a humanidade dos trabalhadores ao defini-los como propriedade útil para avanço do lucro do capital (Davis, 2016). Citando diretamente Davis: "aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer *exploração* da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras” (posição 139, grifos nossos). O trabalho tem uma perversa centralidade na vida das mulheres negras desde os primeiros anos da escravidão até hoje, e com notável amadurecimento teórico Davis mostra novamente a complexidade da realidade:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (Davis, 2011, s/n).



As contribuições de Davis (2016), Almeida (2018) e Schneider (2016) terão um protagonismo nesse segundo capítulo e darão alguns fundamentos para esse ponto da pesquisa por analisar a relação que a estrangeira tem tanto com o trabalho escravo quanto com o assalariado livre, particularmente o trabalho doméstico, no MPC na história. O objetivo é levantar a hipótese de que a construção do lugar e função da mulher negra trabalhadora como uma ‘estrangeira’ é um processo, pois “sendo fundamentalmente o [grupo] mais atingido pelas consequências de uma sociedade capitalista, foi obrigado a compreender, para além de suas opressões, a opressão de outros grupos” (Ribeiro *apud* Davis, 2016, posição 106).

Analisar o processo de escravidão no Brasil, correlacionando com a particularidade dos EUA com as lentes do estrangeirismo desvela a veracidade do lugar de estrangeira que a mulher negra é colocada, e não somente no âmbito subjetivo como é o que propomos nesse trabalho, mas objetivamente identificamos esse status com a maneira que a escravidão chega, paralelamente, nesses países, Brasil e EUA. Negros e negras não nasceram lá, eles são trazidos presos de sua terra natal, África, portanto, independente se continuarmos a tratar do sentir ou não, objetivamente, negros e negras foram estrangeiros em todos os sentidos. A especificidade no Brasil é ainda mais complexa, e é o ponto de partida para toda a problemática, hoje, quando surgem termos como: desigualdade racial, democracia racial, ações afirmativas, meritocracia, e o tão temido racismo, pois, apesar de negros e negras (ou o que sobrava de seus corpos sobreviventes em tão podre e cruel estado de navegação) terem sido trazidos para terras brasileiras como estrangeiros, nossos outros ancestrais indígenas já habitavam aqui, e também sofreram a exploração de seus corpos, sentindo-se excluídos do que os navegantes que aqui adentraram impunham como o ideal europeu.

Como apontamos desde o capítulo um, aprofundar o tema com bases históricas legítima e contribui para construir uma consciência verdadeira sobre esta situação particular de ‘estrangeiridade de dentro’, bem como sobre a importância de superar o que reproduz esta condição com base na própria história, passada e presente; e mais, afirmar o MPC como condicionante para as bases materiais desse sentir é, em concordância com Lélia Gonzales, dar voz à memória do Brasil para além de um discurso ideológico que tem lugar na consciência, pois

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui (1984, p.226)

Novamente, essa observação apenas nos servirá como uma defesa a mais para a continuação do tema com enfoque no trabalho, só abordaremos mais profundamente no capítulo três. A memória revela, relembra e emerge na realidade as diferentes perspectivas dela e o que a consciência pode muitas vezes tentar esconder, ainda que, curiosamente, é quando temos *consciência* da história que temos maiores chances de assumir uma postura libertária.

Porém, um lamento é que carregamos um legado intelectual raso de teorias e visões das relações raciais do ponto de vista da totalidade, perspectivas essas que não consideram, de fato, a possibilidade de coexistência de racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista, logo, perspectivas que moldam o pensamento do brasileiro para acreditar que por causa do racismo aconteceu a escravidão no Brasil, mas que já passou, não precisamos mais nos preocupar com ela, afinal, hoje reina a “democracia racial”. Pois bem, Hasenbalg ilustra perfeitamente essa circunstância atual em nosso país (e sua fala é ainda nos anos 80) devido à influência de Gilberto Freyre ao instituir essa noção de democracia racial, uma suposta ideia de que a miscigenação no Brasil não intensificou as desigualdades, e sim, amenizou-as. O autor conclui:

A consequência implícita desta idéia é a ausência de preconceito e discriminação raciais e, portanto, a existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos. Neste ponto é interessante notar que nos Estados Unidos os negros e outras minorias raciais são as exceções reconhecidas à ideologia de igualdade de oportunidades, enquanto na sociedade brasileira, hierárquica e permeada por grandes desigualdades sociais, o ideal de igualdade de oportunidade é predicado fundamentalmente no terreno racial (1982, p. 84).

Ou seja, é exatamente a miscigenação que justifica a defesa de que temos igualdade de oportunidades no Brasil. Esta defesa desconsidera totalmente a divisão racial do trabalho.

O nosso desafio de explanação não é à toa, se comparamos as condições brasileiras com outros países europeus também percebemos que a discriminação não levará em conta ‘o que não se vê’ (uma árvore genealógica que carrega algum ‘sangue não-branco’), mas ‘o que se vê’ (o cabelo, a cor de pele, as feições), e apesar disso, parece que somos os ‘mais cegos’ diante da realidade do racismo. A narrativa de Angela e Onik’a Gilliam prova tristemente que a realidade é complexa e dura, como descrito:

Angela e Onik’a têm corpos cujas codificações têm variado entre mulata e negra através do tempo e em diferentes momentos históricos, e dependendo do espaço geográfico e ideológico que habitemos. Em primeiro lugar, somos numa sociedade em que o princípio de hipodescendência determinava que com **qualquer** linhagem africana as pessoas mestiças seriam classificadas como negros, independentemente do fenótipo ou aparência. Este sistema de sinais raciais se compara com o do Brasil

onde o fenótipo - ou aparência - media a base da herança biológica, o genótipo presumido. Ambas as construções ainda valorizam a brancura, a etnicidade sem marca e o padrão absoluto de normalidade. Portanto, as Narrativas Mestras dos Estados Unidos e no Brasil postulam a classificação de negro como algo negativo a ser superado. (Gilliam, 1995, p.527)

Entretanto, como elas explicam mais à frente do texto, das diversas características que encontramos em nossa aparência e expõe sem confundir o ‘ser negra’ é o cabelo que surge como aspecto que causa maior sensibilidade e atenção por parte das mulheres – interessante como também é ele que ‘cobre nossa mente’, aliás, o centro de toda a nossa vida, que envolve emoções, raciocínio, escolhas, dentre outros:

De todas as características físicas é o cabelo que marca a raça e o que mais significa para a mulher. Os conceitos de cabelo bom e cabelo ruim estão localizados no mesmo contexto de significação cultural para todas as antigas economias de plantação colonial. Por um lado, cabelo bom tende para liso e, cabelo ruim, tende para crespo. É na questão do cabelo que se aprecia a distinção entre homens e mulheres e a codificação social diferente de raça e etnicidade. O cabelo assinala o locus principal da luta de raça para milhões de mulheres já que o trabalho que a pessoa possa conseguir frequentemente está condicionado pelo cabelo. (...) É um equívoco colocar a cor como o traço principal de raça. A cor da pele não importa tanto quanto o tipo de cabelo, pois o cabelo liso, ondulado e comprido sempre codifica a mulher escura como mulata. (p.533)

Falar de raça é falar de um território de conflitos, poder e decisão, o ‘sentir estrangeira’ é atravessado por barreiras e decisões, e tem sua gênese ainda nas primeiras fases do MPC. Entretanto, não pretendemos apenas falar de raça como uma determinação que transpassa o terreno econômico, seria um equívoco pensar um sem o outro no Brasil, mas explicar um modo de produção que tem o racismo como estruturante do mesmo. A intenção não é negar ou hierarquizar injustiças que, não são completamente semelhantes em grau, mas tratar do lugar da mulher negra como estrangeira na sociedade capitalista com uma ‘lupa especial’, um foco na raça.

## 2.1. Domesticada para trabalhar: um ciclo de invisibilidade

### 2.1.1. A invisibilidade no trabalho doméstico

(...) além das *condições objetivas* - e aqui referimo-nos às possibilidades materiais para o desenvolvimento das relações sociais capitalistas - o capitalismo necessita de *condições subjetivas*. Com efeito, os indivíduos precisam ser *formados, subjetivamente constituídos*, para reproduzir em seus atos concretos as relações sociais, cuja forma básica é a troca mercantil. Nisso, resulta o fato de que um indivíduo precisa *tornar-se* um trabalhador ou um capitalista, ou seja, precisa *naturalizar* a separação entre Estado e sociedade civil, sua condição social e seu pertencimento a determinada classe ou grupo (Almeida, 2018, p. 132)

A afirmativa de Almeida introduz o que pesquisamos acerca da construção da trabalhadora doméstica brasileira, e o processo do trabalho doméstico em si na história. Entretanto, não nos cabe discorrer a fundo sobre o mesmo, e sim, apontar em poucas páginas a invisibilidade subjetiva do trabalho doméstico por encontrar-se nas relações mercantis capitalistas como uma área de reprodução da força de trabalho, manutenção e cuidado, consequentemente desvalorizada para um sistema que tem como valorização a produção de mercadoria pela exploração da força de trabalho com fins de expropriação do capital alcançado. Logo, o trabalho doméstico – tanto gratuito no interior das famílias quanto assalariado (ambos recaindo majoritariamente sobre mulheres negras) – tem uma função indireta nessa lógica e é útil para o sistema, desde que invisível, pois permite a reprodução da vida do trabalhador que faz parte do processo de acúmulo do capital. Além disso, como aponta Schneider (2016), a trabalhadora doméstica sofre com essa ocupação, pois “as suas habilidades [são], assim, julgadas como inatas, originadas da natureza de ser mulher... incapazes de adquirir valor no mercado de trabalho... lhes parece uma aquisição individual, e não coletiva” (p.87). Relacionemos a isso o conjunto de dimensões: uma ocupação braçal, racializada e feminilizada, temos então os atributos necessários para uma intensificada exploração e mesmo para a reprodução da superexploração<sup>1</sup>. Almeida explica essa hipótese:

Poder-se-ia dizer que o racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. (ALMEIDA, 2018, p. 135)

Sugerimos que a desvalorização e exploração do trabalho doméstico tem relação com sua invisibilidade, porque essas mesmas características encontram espaço em outras ocupações, sem desconsiderar suas particularidades, de grande importância em sociedade para sua manutenção, porém essa importância não é reconhecida, por exemplo: coletores de lixo, garis, motoristas de transporte público, profissionais de ponta em estabelecimentos comerciais e de saúde, dentre outros, porém, há uma particularidade no trabalho doméstico que enfatiza seu papel tão presente e cada mais frequente no Brasil.

---

<sup>1</sup> A superexploração é, dentre outras características e fenômenos, o aumento da intensidade do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho, além do pagamento em um nível inferior ao valor da força de trabalho, este não é compensado nem sobrado para outros trabalhadores, e sim, acumulado ao capital existente.

Desde o pós-abolição até hoje é um dos primeiros e mais fáceis caminhos para muitas mulheres em condição econômica precária, sem condições de oferecer algum nível de ensino e experiência exigidos pelo mercado, e/ou quando sua origem regional é questionável pelo pensamento hegemônico. Crenshaw analisa esse fator em mais detalhes:

Geralmente, políticas de ajustes estruturais obrigam os países subalternos a desvalorizar suas moedas, o que, por sua vez, reduz salários e restringe serviços sociais, geralmente forçando as mulheres a assumirem serviços que deixam de ser prestados, como o de cuidar de idosos, doentes, jovens. Por essas razões, elas têm um impacto negativo específico sobre as mulheres e estão sendo corretamente criticadas. Mas há outros elementos envolvidos. Em decorrência da sua boa condição socioeconômica, algumas mulheres conseguem contratar a mão-de-obra de outras mulheres para assumirem esses serviços de cuidados. As contratadas, em geral, são mulheres economicamente marginalizadas, que, por essa razão, são também socialmente marginalizadas, situadas na base da pirâmide socioeconômica. Essas mulheres acabam trabalhando de 18 a 20 horas por dia, cuidando primeiramente de suas famílias e, depois, das famílias e necessidades das patroas. É isso que eu chamo de subordinação estrutural, a confluência entre gênero, classe, globalização e raça (2004, p. 13-14).

Independente do surgimento de outras atividades ligadas ao cuidado do outro (o *care*), o processo do trabalho doméstico tem muita força na lógica trabalhista brasileira. Nomeamos ‘processo’, pois não é uma circunstância da vida social que surge espontaneamente, e sim, que foi sendo construída e ganhando espaço na divisão do trabalho, apesar desse espaço ter um caráter ‘invisível’, ignorado econômica, política e socialmente, como explicado por Crenshaw. Além disso, note-se que, na sua fala, a trabalhadora doméstica cuidaria das necessidades da sua própria família antes de atender às da família da patroa, dependente da carga horária e rotina de trabalho, logo, sua jornada de trabalho não tem fim. Manhã e tarde, quando não o início de noite também, são tomados pelo trabalho, e a reprodução da vida dentro do próprio lar é cuidada na sobra do tempo, quando resta alguma energia para tal. O que queremos dizer com essa observação é que, assim como a mulher escravizada, a estrangeira que estamos expondo exerce seu trabalho doméstico em tempo integral também, quando, ocasionalmente, consegue exercer com uma força sobre-humana o papel de mãe, “dona de casa” e, talvez, esposa<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Mantemos esse papel por último e com caráter duvidoso, pois é um ao qual a maioria das mulheres negras não tem acesso, a solidão das mulheres negras é parte dessa realidade. Ainda que o trabalho não tenha o propósito de aprofundar esse subtema, deixamos a citação de Gleide Fraga como uma observação e lembrete para nós: “Sabese que pouquíssimas mulheres negras conseguem se estabelecer romanticamente enquanto casadas, que o número de famílias onde a mulher é mãe solteira é em sua maçante maioria, de mulheres negras. Fomos crescendo com a ideia de ver nossas avós, mães, tias criando seus filhos sozinhas, sem companheiros, por vários motivos; abandonadas por eles, relacionamentos extra conjugais e etc. E com isso crescendo sem exemplos de mulheres como nós que querem se casar (é importante frisar o desejo do casamento como algo condicionado, mas quando se há essa desconstrução e o desejo permanece, já entramos em outro patamar discursivo), e ainda

Ao cruzarmos o que vimos no capítulo um, não podemos ignorar que tipo de trabalhadora doméstica estamos especificando aqui, a invisibilidade de estar ao mesmo tempo “fora” e “dentro” se refere ao lugar da mulher negra na sociedade. A raça expõe muito do que não é visto nos números e estatísticas, ainda que ela também esteja presente neles:

A categoria de empregados domésticos é majoritariamente feminina, com cerca de 7% de homens. Entre as mulheres, a proporção de negras (21,6%) é bem maior que a de brancas (13,5%). A grande concentração de mulheres negras no emprego doméstico chama atenção dos pesquisadores desde meados do século XX (...) Muitos [autores] vêem a presença negra nessa categoria como sendo uma herança arcaica da escravidão, por se tratar de um trabalho manual, pouco remunerado, com forte presença de informalidade, pessoalidade, sem perspectivas de ascensão na carreira e, acima de tudo, por não possuir, até muito recentemente, os direitos trabalhistas equiparados aos dos demais trabalhadores protegidos. Trata-se, ademais, de uma ocupação bem difundida na cultura brasileira e fortemente marcada pela distância social, muitas vezes ritualizada em contextos de humilhação (LIMA *et al*, 2013, p. 72-73).

Uma das áreas caracterizadas pela informalidade é a do trabalho doméstico. Dados do IBGE dão conta de que no fim de 2018 somente 28% dos empregados domésticos tinham carteira assinada. A precarização desta força de trabalho contraria a declaração do ministro da Economia, Paulo Guedes, a respeito das empregadas domésticas, majoritariamente negras, conforme lembra Marcos Henrique. Na semana passada, após o dólar chegar em R\$4,35, o quarto recorde consecutivo, o ministro disse que o câmbio a R\$ 1,80 permitia empregadas domésticas a irem à Disney, parque de diversões temático sediado nos Estados Unidos. (SIMÕES, 2020, s/n)

É bom ratificar que a hipótese sobre a presença negra nessa ocupação não é uma consequência única e diretamente da escravidão, há muitas dimensões que transpassam esse processo, ademais, o psicólogo Wellington Albuquerque Filho lembra: “essa relação patrão branco / empregado preto (termo usado pelo IBGE) perpetua-se quase 500 anos depois do primeiro navio negreiro baixar as velas por aqui” (PAULINO, 2017, s/n). A relação que queremos apontar aqui sobre a herança de relações escravocratas e servis no atual trabalho doméstico complexifica-se quando trazemos o pensamento feminista negro para o centro da análise conceitual. Novamente, não estamos tratando de qualquer trabalhadora doméstica, como Collins apresenta no final do seu artigo, a importância da análise do trabalho à luz do sujeito mulher negra revela a complexidade real da vida em trabalho, contrapondo a generalização comum do trabalho em si nas teorias sociais, pois somente elas identificam-se enquanto trabalhadoras racialmente oprimidas com o trabalho doméstico não remunerado atual e com o trabalho não remunerado escravizado, sendo ambos alvo de exploração em períodos que o trabalho assalariado já era e é vigente e reconhecido oficialmente.

---

assim, não conseguem se estabelecer num casamento, seja ele com homens negros ou não, seja ele com mulheres negras ou não.” (Fraga, 2015, s/n)

Esta relação se reproduz cotidianamente com a própria reprodução capitalista da vida.

Para os estudos do DIEESE (2012), o regime de escravidão é determinante para o significado que até hoje tem o trabalho doméstico. As relações de servidão desse período imprimem o caráter “escravizador” no trabalho doméstico atual, haja vista sua caracterização geral: *nenhuma fiscalização no ambiente de trabalho, baixa sindicalização, acesso limitado a direitos plenos, baixos rendimentos e longas jornadas de trabalho, com esforço corporal, sem intervalos* (Schneider, 2016, p. 89, grifos nossos)

Como enfatizamos no início da monografia, a dimensão subjetiva é de grande valia para discorrer sobre o tema, afinal, falar sobre uma categoria como ‘invisibilidade’ está para além do que a análise que não leve em condições as particularidades explica, algo que não se vê, mas se sente e está ‘nas entrelinhas das relações sociais’ e nas características grifadas acima. Portanto, ao adentrar em aspectos cada mais singulares e específicos do trabalho doméstico, a invisibilidade ‘é mais real e palpável’.

Como já mencionamos, a trabalhadora escravizada e, comparativamente, a trabalhadora doméstica, não faz parte da família, ainda que presente em sua rotina e hábitos diários. Não tem nenhuma herança ou privilégios junto à família, mas contribui para a manutenção e reprodução da vida material e espiritual da mesma:

...a escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e da maior parte das vezes ociosa. Cozinhas, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e do eito e de submeter-se aos castigos corporais que lhe eram, pessoalmente, destinados. (HASHNER *apud* GONZALES, 1984, p.229)

Abrindo um parêntese, essa constatação conecta-se à construção da mulata simultaneamente à da preta velha, sendo que a primeira vimos no capítulo anterior, e forma o significado de mucama, do quimbundo mu’kama, ‘amásia escrava’, a prestadora de serviços sexuais (GONZALES, 1984), porém que nos dicionários em geral, como no *Michaelis* (que aqui temos utilizado como base para recuperar estas definições amplamente aceitas em nossa sociedade e reprodutoras de relações de exploração e de opressão), define-se por: “s.f. Escrava negra escolhida para ajudar nos serviços caseiros, para acompanhar pessoas da família ou para servir de ama de leite; camba”. Por outro lado, a preta velha é tida como assexuada, para cumprir a função suprema do cuidado, pois torna-se inútil como objeto íntimo do senhor de escravo, e nesse capítulo casamos ambas as figuras com a da “doméstica” que “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALES, 1984, p.230). Essa

tarefa estará sempre muito ligada à pressão sexual de ter o domínio branco sobre a mulata, como a citação mais adiante no texto mostra:

Pelo visto, e respondendo à pergunta que a gente fez mais atrás, parece que a gente não chegou a esse estado de coisas. O que parece é que a gente nunca saiu dele. Basta a gente dar uma relida no que a Hahner e a Heleieth disseram. Acontece que a mucama “permitida”, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo a mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal? (GONZALES, 1984, p.233)

Além do serviço sexual imposto por muitas trabalhadoras desde aquela época, outras características no atual trabalho doméstico também são identificadas e correlacionadas com o trabalho não remunerado escravizado. A aparente “afetividade” entre empregado e patrão em determinados contextos e a “objetificação”, já citada em capítulo anterior, própria do estranho, a qual lhe garante um local oportuno para ganhar “mobilidade” (invisível) dentro da casa. As citações a seguir espelham essas características:

O trabalho doméstico das mulheres, nas casas grandes, acerca de três ou quatro gerações atrás, configurou relações diferentes entre os escravos e senhores, que vão construir a figura do servo ou agregado, pois, segundo narra Freyre, alguns escravos passavam a ser como pessoas da casa. Há relatos, inclusive, de famílias que deixavam heranças aos escravos domésticos (Schneider, 2016, p. 91)

Mesmo muitas vezes envolvidos nas malhas da dominação pessoal, os criados reinterpretavam as estratégias patronais, ocupando, conscientemente ou não, brechas abertas. No convívio estreito com os patrões, os criados acabavam gozando de privilégios e compartilhavam com a família seus problemas cotidianos. Se, em geral, as relações eram envoltas em tensão, em alguns lares teciam-se laços de amizade e vínculos de afetividade, solidariedade e cumplicidade. Empregados antigos eram em geral muito bem informados sobre as intrigas e segredos da família, algumas criadas eram confidentes das patroas, que podiam contar em qualquer situação com sua lealdade (Matos *apud* Schneider, 2016, p. 93)

Com o intuito de apresentar diversas facetas que caracterizam a invisibilidade do trabalho doméstico, não queremos de maneira alguma amenizar o caráter servil e exploratório adquirido dessa ocupação devido a outras características encontradas por conta da singularidade da experiência de cada trabalhadora, nesse caso, uma “afetividade” específica que é melhor explicada e entendida como uma situação alcançada em um estado que nós estamos identificando como própria de ‘uma estrangeiridade’, ou seja, a estrangeira não faz



parte do ambiente para o qual trabalha enquanto moradora (mesmo quando efetivamente nele mora, como citaremos no próximo parágrafo). Em todos os casos, é parte do cotidiano desse ambiente “quase como uma”. É a exata hipótese que queremos defender: a relação do trabalho doméstico com a categoria vinda de Collins, *outsider within*, ganha sentido por causa da sua objetividade, que lhe concede um vínculo social diferente de outras ocupações.

Agora, se aprofundamos a análise com essa estrangeira trabalhando e morando no mesmo local, como um “lar”, sendo este não a sua própria moradia, e sim, a de seu patrão ou patroa, a mesma passa por uma internalização da sua experiência de forma particularmente cruel. Schneider (2016, p.101) aborda brevemente esse tema: “as empregadas domésticas que moram no emprego, por exemplo, vivem diariamente a desigualdade social. Desigualdade essa, segundo Barbosa (2000), que não é específica dessa relação de trabalho”. E completa, com o auxílio desse autor:

(...) uma vez que é geral na relação patrão e empregado, mas que se absolutiza na ocupação de empregada doméstica, enquanto os outros trabalhadores a vivenciam de modo mais abstrato (...) Implica ter como experiência diferenças entre o seu meio social e o do patrão, como, por exemplo, a maneira de se vestir, a alimentação, a criação dos filhos, os projetos de vida e mesmo as angústias e preocupações. (...) Significa a absoluta internalização da hierarquia e diferenciação dos papéis sociais. (Barbosa *apud* Schneider, 2016, p. 101-102)

A contribuição dessa afirmativa considerando o trabalho doméstico como uma dimensão importante da base material para o “sentir-se estrangeira” complexifica o sentido de estrangeira usado por nós, pois para além de um “pensar habitual” relatado por Schütz (2010), estamos lidando com o trabalho em todo o seu contexto: com hierarquia e papéis sociais em um sistema capitalista que tem como base a exploração desse trabalho para a acumulação de riquezas. A trabalhadora doméstica que vive o cotidiano de e para quem serve não faz parte da família, assim como a antiga escravizada, ela está presente como o “outro” que é útil para o funcionamento daquele cotidiano; ela o altera como parte dele; sua subjetividade é suprimida, não somente pela uniformização de vestuários em determinados locais, de padrões na rotina e na comunicação, de códigos próprios a depender da área profissional; adicionalmente, esta “estrangeira de dentro”, enquanto uma trabalhadora doméstica, é imergida no seu ambiente de trabalho quando o mesmo também é sua moradia, seja por tempo integral, seja pelos dias determinados para a sua função.

O que queremos apresentar diante dessas características é uma reflexão sobre como objetividade e subjetividade não são “lados de uma mesma moeda”, e sim dimensões em unidade que, como um espelho, refletem uma realidade antiga que ainda está presente e que é

na verdade contemporânea, e que, como um corpo, mulheres negras são afetadas por aspectos universais e externos a ele, corpo porém que sofre, absorve, luta, sente, e como sente.

### 2.1.2. A força da dimensão educacional

Os estudos de Hasenbalg e Silva (2005) utilizam o termo realização educacional para tratar não apenas do acesso à educação (...), mas também para tratar da permanência, progressão e desempenho dos estudantes – justamente onde se encontra desigualdade de gênero e raça. (...) Neste sentido, a literatura sobre mercado de trabalho tem afirmado que a qualificação é um dos principais determinantes da inserção, bem como das desigualdades no mercado de trabalho (LIMA *et al*, 2013, p. 58)

A importância do trabalho para explicar o estrangeirismo parte do que entendemos por mercado de trabalho e como os indivíduos fazem parte dele. O mercado de trabalho, para além da objetificação humana da natureza para as suas necessidades básicas, é um campo de procura e oferta de atividades remuneradas oferecidas para os diversos setores público e privado, e sendo o capital o ‘regente’ do nosso atual modo de produção, será este que definirá o que deve ser a principal procura e oferta necessária para o acúmulo e valorização dele mesmo. Portanto, ao analisar o mercado de trabalho e a relação dele com as mulheres negras, abrimos um espaço no capítulo dois para analisar brevemente a dimensão educacional, primeiro, pois o TCC se trata de um trabalho universitário, de conclusão de curso de graduação, um aspecto dessa dimensão ligado diretamente às limitações e condicionantes do acesso à educação e, segundo, para análise de como essa dimensão é afetada na vida de mulheres negras junto da busca por trabalho antes, durante e posteriormente aos estudos.

Não temos o intuito de discorrer exaustivamente sobre o fator educação, e sim, apenas apresentar alguns dados essenciais que apontam para o começo da trajetória de muitas “estrangeiras” no mercado de trabalho. Para isso, dados de alguns autores da bibliografia, de indicadores do Observatório da Justiça do SINJUS (PEREIRA, 2019) e do IPEA no Dossiê Mulheres Negras (2013) auxiliaram na construção do presente argumento, especialmente o dossiê ao considerar os termos “realização educacional” e “diferenciais de inserção ocupacional”, o primeiro diz respeito não apenas ao acesso à educação, “mas também para tratar da *permanência, progressão e desempenho* dos estudantes – justamente onde se encontra desigualdade de gênero e raça” (p.58, grifos nossos), e o segundo trata da “*posição* dos indivíduos no mercado de trabalho, segundo os atributos de gênero e raça” (p.67, grifos nossos).

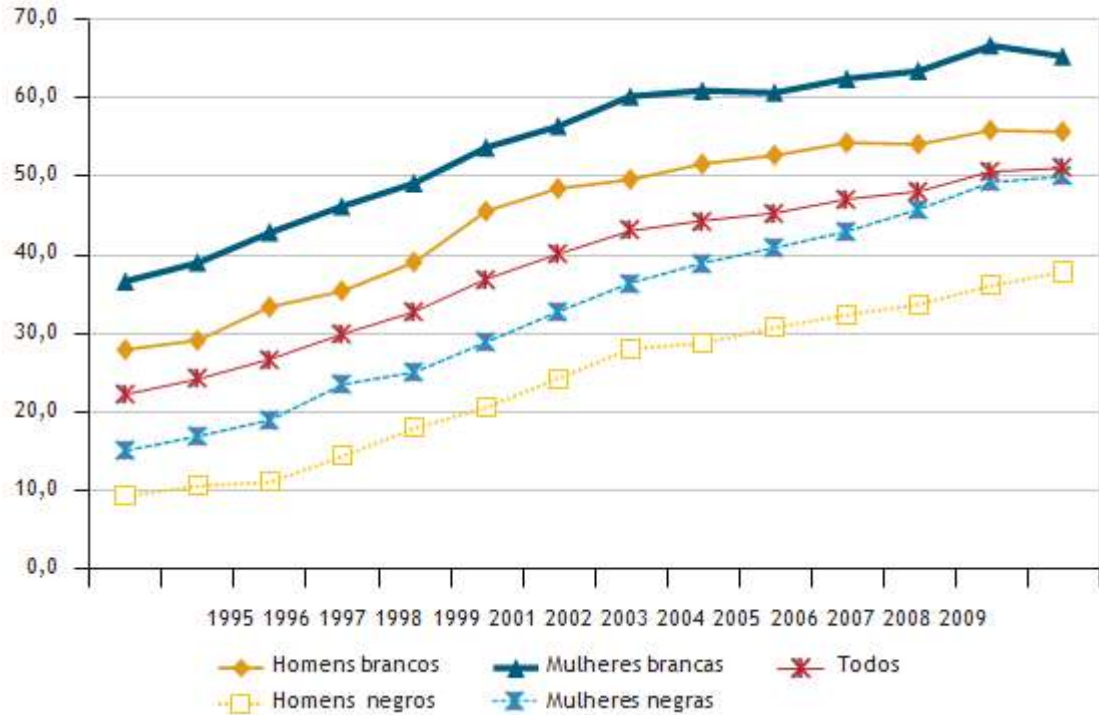
Como os autores explicam com base em Hasenbalg e Silva, para tratar de “mulheres negras e educação” e entender a caracterização das desigualdades no Brasil, é necessário levar em conta “o processo cumulativo de desvantagens, associado aos mecanismos discriminatórios no decorrer da sua trajetória” (p.58), ou seja, a análise do processo histórico que leva em conta uma totalidade (educação, experiência, cor, sexo, classe social...) é a mais fidedigna para se entender o que vemos hoje. Logo, quando consideramos a educação, ainda que apenas como ‘um parêntese’ na monografia, para se entender a entrada de mulheres negras no mercado de trabalho e que espaço é esse de ocupação, reconhecemos que a estrangeira não é uma provocação espontânea em um determinado momento da vida, ela está sendo colocada nesse lugar de exclusão desde o começo da vida, mesmo que o ‘sentir’ seja um pouco mais gradual e complexo.

Vale ressaltar que essa noção de “causas cumulativas” tem origem em um argumento ainda mais antigo, e Almeida (2018) cita Myrdal para exemplificar algumas das determinações da própria teoria burguesa, pois, apesar dele reduzir o problema do racismo a um dilema moral, sua contribuição é de suma importância tanto para não pensarmos que a fonte de solução e problema está unicamente na educação, quanto para não pensarmos nela como uma dimensão insignificante no caminho do antirracismo.

Se pessoas negras são discriminadas na educação, é provável que tenham dificuldade para conseguir um trabalho. A educação precária também leva à desinformação quanto aos cuidados que se deve ter com a saúde. O resultado é que com menos dinheiro e menos informação relativos aos cuidados com a saúde, a população negra terá maiores dificuldades não apenas para conseguir um trabalho, mas para nele se manter. Além disso, a pobreza, a pouca educação formal e a falta de cuidados médicos, ajuda a reforçar os estereótipos racistas, tais como a esdrúxula ideia de que negros têm pouca propensão para trabalhos intelectuais, completando-se assim um *círculo fechado* em que a discriminação gera ainda mais discriminação (Almeida, 2018, p.123).

Comparativamente, vejamos alguns dados apresentados pelo dossiê:

Gráfico 1 - Taxa líquida de escolarização no nível do ensino médio, por raça e gênero – Brasil (1995-2009)

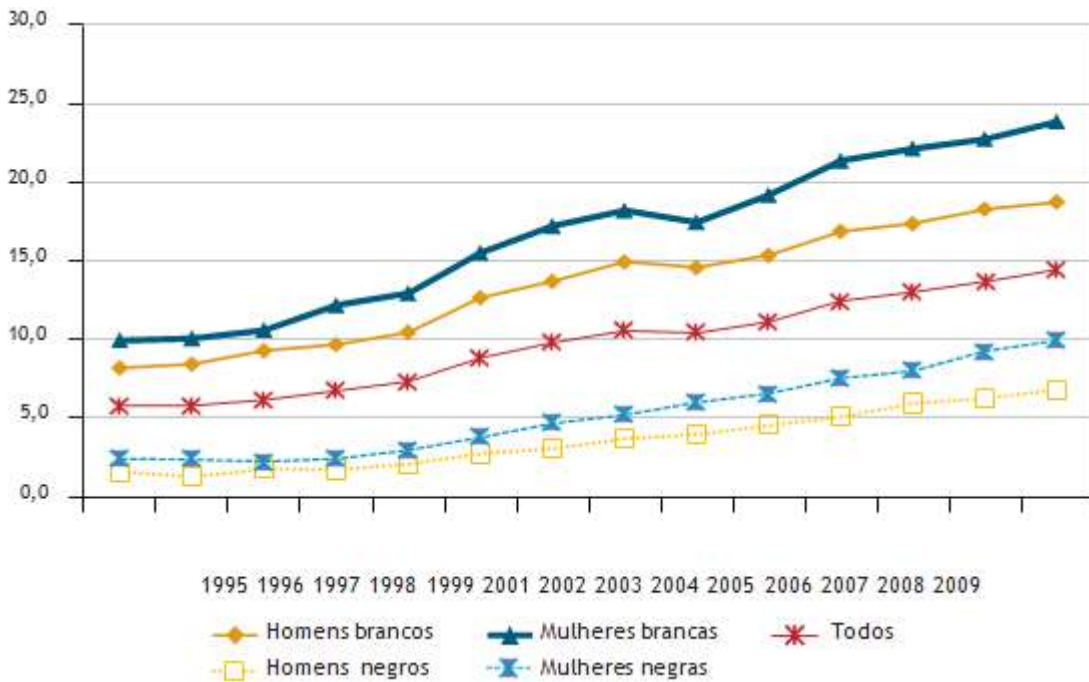


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaboração dos autores.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Gráfico 2 - Taxa líquida de escolarização líquida no nível do ensino superior, por raça e gênero – Brasil (1995-2009)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O primeiro gráfico mostra a diferença de escolarização com base em cor e sexo, sendo que as mulheres negras apresentam uma tendência de crescimento constante, no qual antes tinham uma taxa de escolarização de 14,9% subindo para 49,8% em 2009, triplicando o pouco que havia em 1995 em comparação com os outros grupos. Ainda que consideravelmente distantes das mulheres brancas, muito provavelmente pela grande diferença também do início, a universalização do ensino básico continua mostrando um crescimento que mantém as desigualdades raciais na série histórica.

Quando avançamos para o gráfico 2, as desigualdades intensificam no ensino superior, com um distanciamento cada vez maior de homens e mulheres brancas em relação a homens e mulheres negras, sendo que essas últimas em 2009 não alcançam nem o máximo do que as mulheres brancas tinham em 1995. Diante desses últimos dados, a contribuição de Almeida (2018), mais uma vez, é válida, pois sua análise demonstra que as atuais condições do ensino superior referem-se não somente a ele na sua dimensão educacional, mas os impactos ideológicos e econômicos que a entrada de negros e negras provocam nesse âmbito:

Essa questão se torna ainda mais curiosa se olharmos para o debate brasileiro sobre as cotas raciais. Embora acreditando que o problema do racismo - e da desigualdade - educacional, muitas pessoas foram contrárias às políticas de cotas. Isso se explica pelo fato de que no Brasil, a universidade não é apenas um local de formação técnica e científica para o trabalho, mas um espaço de privilégio e destaque social, um lugar que no imaginário social produzido pelo racismo foi feito para pessoas brancas. O aumento de negros no corpo discente para universidades tem, portanto, impactos ideológicos e econômicos, pois, ainda que timidamente, tende a alterar a percepção que se tem sobre a divisão social do trabalho e a política salarial (p.130).

O cuidado em analisar a dimensão educacional desde o nível básico é importante para entendermos que a relação educação-trabalho não é tão simples quanto muitos partidos tendem a defender, e envolve a própria lógica do sistema capitalista, é o que os autores do dossiê explicam quanto à “bipolarização do trabalho feminino”. Apesar de ser quase natural pensar que por mulheres negras apresentarem índices menores de escolaridade, então são as mais desocupadas, pelo contrário, o baixo índice de escolarização carrega aspectos do cotidiano que levam mulheres negras a se ocuparem, e por se ocuparem não conseguem estudar ou ter o rendimento ideal. Além disso, há a crítica ao tipo de ocupação que experimentam e em que momento da vida, pois o trabalho se valerá de atividades insalubres e sem proteção trabalhista, quando o mesmo é pelo menos considerado um trabalho em lei. Ao mesmo tempo que o trabalho feminino no geral apresenta melhoras em se afastar de ocupações manuais e migrar para empregos formalizados e com maiores rendimentos, aquele

também passa por crescimento de ocupações com níveis mais baixos de escolaridade – é nesse ponto que raça e sexo especificamente ficam mais evidentes:

(...) as mulheres negras continuam chegando mais cedo que as mulheres brancas no mercado de trabalho. Isto, portanto, tem impacto na trajetória profissional das mulheres negras, pois estas vivenciam mais precocemente a concorrência entre trabalho e escola, o que pode implicar para elas em prejuízo imediato, cujos danos serão provavelmente sentidos na redução de chances de melhor alocação e ascensão profissional (p.65).

Mas, não nos enganemos, como demonstrado nos gráficos anteriores, essa entrada no mercado de trabalho não significa mão de obra qualificada, nem ocupações formais, e sim,

As mulheres provenientes das classes mais pobres (majoritariamente negras) dirigem-se para os empregos domésticos, de prestação de serviços e também para os ligados à produção na indústria; enquanto as mulheres de classe média, devido às maiores oportunidades educacionais, dirigem-se para prestação de serviços, para áreas administrativas ou de educação e saúde. (p.56)

Percebam que a crítica é mais complexa do que apenas questionar: por que as mulheres têm que ficar em casa enquanto os homens avançam para a esfera produtiva? Pois esta só é válida enquanto uma reivindicação de feministas brancas de classe média que tem como principal experiência de opressão uma imposição machista de sua permanência em casa, porém,

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. (Davis, 2016, posição 138).

O racismo também se mostra presente nas condições de trabalho. De acordo com dados do IBGE divulgados em 2016, 39,08% das mulheres negras são submetidas a relações precárias de trabalho. "Temos a mulher negra no lugar de ama de leite e de empregada doméstica no imaginário social. Faz pouco tempo, durante a luta pela conquista da igualdade trabalhista, a PEC das Domésticas [aprovada em 2015], cuja maioria é [composta por mulheres] negras, houve manifestações contra, pois uma parcela da sociedade, beneficiária desse trabalho, não admitia que elas recebessem o mesmo tratamento do trabalhador comum. Percebe-se também a dificuldade de profissionais com currículos excelentes e que não conseguem ascender institucionalmente, sofrendo com as barreiras visíveis e invisíveis, entre outros preconceitos ou discriminações", afirma Juvenal Araújo, que foi secretário Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir). (JUNIOR *et al.*, 2019, s/n)

Para explicarmos esse trabalho constante e não cairmos em contradição, pois daqui em diante defendemos o papel do trabalho doméstico como uma herança relacionada ao período escravocrata, ao comparar homens e mulheres, brancos/as e negros/as, e saber que se atribui certas ocupações a uns e a outros como “naturais” ou como este ou aquele “como maior

potencial”. Não há intenção em desqualificar essa ou aquela ocupação, apesar de sabermos que, em sociedade, é dado a cada ocupação um valor intrínseco a ela mesma, hierarquizam-se ocupações. O problema é que as consideradas inferiores são delegadas como naturalmente propensas para certos grupos étnicos, independente se todos discursam isso abertamente ou não, quebrando com a pura meritocracia tão aclamada, e ironicamente ao lado da democracia racial. A intenção não é tomar o trabalho doméstico como pior, ou como uma atividade depreciativa por si mesma, mas apontar as particularidades que as mulheres negras eram submetidas na época, construindo-se a imagem de que negros são naturalmente serviçais, serviçais são essencialmente negros (Davis, 2016), de que esse serviço prestado é depreciativo por ser ocupado por eles, e vice-versa.

### 3. UM PROCESSO DE CONSCIÊNCIA: memória, irmandade e perspectivas

Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência... E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido. Só que isso ta aí... e fala. (GONZALES, 1984 p.226-227)

As mulheres negras estavam mais do que dispostas a colaborar com seus “claros poderes de observação e julgamento” para a criação de um movimento multirracial pelos direitos políticos das mulheres. Mas, a cada tentativa, elas eram traídas, menosprezadas e rejeitadas pelas líderes do branco como leite movimento sufragista feminino. (Davis, 2016, posição 2.584)

No capítulo um, temos um vislumbre do que Gonzales explica sobre consciência e memória, porém cruzamos sua belíssima reflexão com o papel dos estereótipos e o poder da imagem como uma linguagem audível e ao mesmo tempo silenciosa em sociedade. Pois bem, o capítulo três abre espaço, portanto, para uma discussão mais densa, sobre a qual não poderemos discorrer exaustivamente aqui e que, muito menos, será exaurida em poucas páginas. Servirá como um início para refletir sobre a relação entre memória e consciência para mulheres negras e brancas e, conseqüentemente, como isso afeta as relações entre os movimentos feministas, o enegrecimento dos mesmos, a sua trajetória percorrida até aqui, as potencialidades existentes caso mudanças mais progressistas aconteçam, dentre outros pormenores, que não buscamos trazer como uma novidade, mas sim como apreensão inicial e contribuição para este debate tão importante. Uma questão importantíssima, que nos servirá, inclusive, para prosseguimento de futuras reflexões acadêmicas.

#### 3.1. Questões complementares e não excludentes: memória e consciência

A citação a seguir é do texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), de Lélia Gonzales, e conta com admirável objetividade por parte da mesma, ao tratar da relação entre consciência e memória como algo que auxilia, e muito, a entender a sociedade brasileira. Porém, diferente de como eu mesma havia defendido em meu projeto de pesquisa inicial, antes da elaboração deste TCC, Gonzalez explica que a consciência é também o que garante a alienação e o esquecimento da verdade, e não a garantia de emancipação; a memória, por trazer à tona a história, o passado de detalhes até temas mais gerais, expõe o que a consciência tenta excluir. Logo, o processo de consciência da mulher negra perpassa a importância de ser consciente de si e para si, mas não é suficiente por si mesma, pois sem a memória, apenas



reproduzimos o que o (in)consciente coletivo discursa como certo e ideal, seja a democracia, seja o racismo, seja a escravidão:

Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade,  *dessa verdade que se estrutura como ficção*. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala. (GONZALES, 1984, p.226-227, grifos nossos)

Essa temática é de especial importância para o povo negro, pois o abandono do contexto histórico de diversos acontecimentos pode determinar o fim de quaisquer garantias de direitos e liberdade. Um processo de consciência não pode ser efetivamente crítico se não passa por uma perspectiva histórica, que não pode prescindir da memória em sua construção. Quando Lélia ‘protesta’ a favor da memória, não está fazendo nada diferente do que o pensamento feminista negro já defende. E tem como embasamento esse contexto histórico, que envolve a experiência de mulheres negras com a escravidão, os movimentos de antilinchamento, a segregação e com o movimento negro, com políticas de saúde/sexual, com o capitalismo e com as relações patriarcais (Collins, 2019). Nenhuma experiência de mulheres negras será bem aproveitada e mostrará seu valor sem a história para dar o conhecimento que formará um ponto de vista feminista negro, como defendido e explicado por Collins (2019) e Carneiro (2011). Afinal, a esfera de experiência é muito particular e depende de um processo de relações que jamais será o mesmo, ainda que somente entre dois indivíduos. E a consciência é afetada profundamente por nossas experiências na história. É importante o ponto de vista feminista negro, em uma perspectiva antirracista, antipatriarcal e anticapitalista, para que estas experiências individuais sejam também percebidas e construídas coletivamente, como experiência coletiva sob um conjunto de relações sociais determinadas.

Primeiramente, não queremos, aqui, levantar um argumento contra a consciência, como se o seu movimento de nada importasse. A grande questão levantada por Gonzales é como um processo de consciência de si mesmo, do outro, da realidade que nos cerca, enfim, para libertar-nos é dependente da memória, de nossa percepção sobre a história que temos.

Nem podemos crer que as reflexões que retomamos no capítulo um surgem de um “dom natural” ou de um *insight*, o qual determinadas mulheres negras experimentariam independente do conhecimento e memória que lhes foi transmitida ou guardada por gerações, livros, documentos, dentre outros. Gonzalez alerta-nos para um aspecto importantíssimo da nossa emancipação<sup>3</sup>: todo argumento, discurso e teoria apontados até aqui (inclusive aqueles apontados por nós mesmas neste trabalho, como o sentir-se estrangeira, a autodefinição, a autoavaliação, a luta contra o racismo, a herança escravocrata no atual trabalho doméstico, dentre outros) é fruto de estudo e observação, de recuperação de uma história que, como a autora pretendeu alertar, foi ‘apagada’ e ‘esquecida’ por um grupo dominante que conduz, mesmo que de maneira não-maniqueísta, a consciência do povo para saber e deixar de saber, lembrar e deixar de lembrar o que seria conveniente e necessário para a permanência de sua hegemonia e poder. Vejamos como Carneiro aborda a questão:

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2011, s/n).

Portanto, por mais subjetivo e complexo que seja argumentar sobre um ‘sentir’ em sociedade, de forma particular, pois não há como generalizá-lo nem fragmentá-lo, ele só terá potencial para mudanças se analisado, comparado, estudado... Toda e qualquer autora citada e analisada, no presente trabalho, não é responsável por obras formadas de ‘achismos’ e divagações sem fundamento. Em outras palavras, uma perspectiva toma forma devido a uma posição sócio-histórica de alguém e pode produzir um ponto de vista para determinadas questões, sendo que, esse ponto de vista também é conquistado pela experiência coletiva de luta política – e essa luta requer tanto ciência quanto política.

Mesmo uma biografia que tenha como objetivo o relato cotidiano e experiências pessoais da protagonista em determinado tempo da história, sem intenções de expor alguma teoria, em particular, é útil para a memória da autora e para alimentar a nossa memória. Por outro lado, para um processo de consciência que vise liberdade e verdade, não basta que

---

<sup>3</sup>Como falado nos capítulos anteriores, consideramos emancipação das mais diversas maneiras, e não apenas fisicamente, financeiramente ou nas relações de trabalho. Ou seja, acreditamos, como Collins, na emancipação de uma consciência para si mesma, ainda que concretamente isso não se revele tão nitidamente.

sejamos conscientes de nossa própria existência de maneira imediata, uma consciência em si que não seja consciência para si, por exemplo: ‘Sou uma mulher negra. Sofro. Sinto-me invisível, ainda que tão real quanto qualquer outro ser humano’. E, talvez muitas biografias caracterizem-se assim, mulheres negras que quebraram o silêncio, contaram o que se passava dentro de si mesmas, o que sentiam, sem necessariamente se perceberem como um ser particular resultante de um longo processo histórico. Não as diminuo por isso, pelo o contrário, só o quebrar do silêncio já é um grande passo de linguagem e ação. Há que reivindicar essa quebra.

E [falar] nunca é sem medo – da visibilidade, da crua luz do escrutínio e talvez do julgamento, da dor, da morte. Mas já passamos por tudo isso, em silêncio, exceto pela morte. E o tempo todo eu me lembro disto: se eu tivesse nascido muda, ou feito um voto de silêncio durante a vida toda em nome da minha segurança, eu ainda sofreria, ainda morreria. Isso é muito bom para colocar as coisas em perspectiva. (Lorde, 2019, p. 55)

Há valor em termos consciência de quem somos e como estamos situadas no real; é claro que isso gera sentidos e emoções, todavia, o processo de consciência que defendemos conduzir à liberdade e à verdade requer análise e conhecimento de uma memória que desvele as contradições nesses sentidos e emoções, que inclua o que a consciência hegemônica está excluindo e naturalizando ou conformando, não acreditamos que esse processo é suficiente, ações políticas são requeridas, mas tratamos desse ponto como um pressuposto inegavelmente necessário. Collins diz melhor:

As experiências de mulheres negras no trabalho e na família criam condições para que as contradições entre as experiências do dia-a-dia e as imagens controladoras da condição de mulher negra se tornem visíveis. Ver as contradições nas ideologias faz com que elas se abram para a desmistificação (2019 posição 61).

Notemos que especificamos uma consciência como ‘hegemônica’, pois não é a única que existe. O processo de consciência defendido por Collins e tantas outras guerreiras não é como um fenômeno comprovado que, ao ser compartilhado publicamente (uma quebra de silêncio, como citamos em outras palavras) é aceito naturalmente. Vemos isso materializado de várias formas. Há grupos que acusam o discurso contra o racismo como uma busca por privilégios por parte de homens e mulheres negras que ignoram a “aparente e real democracia racial, fruto da miscigenação”. Geralmente também há por trás dessa acusação uma ‘ética de evitar’ problemas, lutas, discussões, incômodos – o que Gonzalez (1984) diria como o “preconceito de não ter preconceito”, porém, “se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados”. Assim, evita-se falar do que sabemos não ser correto, até mesmo

do que é um crime, pois facilita ignorar o que requer de nós respostas e resoluções complexas, uma vez que, ao reconhecê-lo, reais privilégios terão que ser abandonados. Nesse momento, o que vale destacar de antemão é essa dupla postura que surge de uma consciência desvelada, desmistificada pela continuidade da memória, uma consciência de si no interior (no sentido usado no capítulo um, ao referirmo-nos ao centro, à margem e os pontos nessa analogia). Muitos exemplos e falas são expostos por Collins:

“Para sobreviver, aquelas dentre nós para as quais opressão é tão americana quanto uma torta de maçã, sempre tiveram que ser vigilantes,” afirma a poetisa negra e feminista Audre Lorde (1984, 114). Essa “vigilância” gera uma consciência dual nas mulheres afro-americanas, em que as mulheres negras “familiarizam-se com a linguagem e os modos do opressor, chegando a adotá-los algumas vezes para ter certa ilusão de proteção” (p. 114), ao mesmo tempo em que escondem um ponto de vista autodefinido dos olhos curiosos dos grupos dominantes. Ella Surrey, uma trabalhadora doméstica idosa e negra resume a energia necessária para manter autodefinições independentes de forma eloquente: “Nós sempre fomos os melhores atores do mundo... Acho que nós somos muito mais espertas do que eles porque nós sabemos que temos que jogar o jogo. Nós sempre tivemos que viver duas vidas – uma para eles e uma para nós mesmas”. (2019, posição 2-7)

A história tem apresentado que o consciente coletivo de muitas mulheres negras mostra-se como resistência e oposição, e muitas vezes com aparência de conformismo e submissão, pois sabem as consequências que sofrerão caso seu ativismo seja mais ‘ativo’ do que intelectual. Sua real opressão se comprova há séculos, mas comumente permanece às margens. Desde a quebra do silêncio, do ‘invisível tornar-se visível’ (a “estrangeira” assumindo uma fala autodefinida, por exemplo) até a síntese de um “pensamento feminista negro” (Collins, 2019), é uma libertação do que já foi uma luta silenciosa para gritos nas ruas e nos palanques políticos. Porém, como Lorde (2019) explica ao tratar de linguagem e silêncio, mesmo este pode ser apenas uma capa para o autocuidado e a autoproteção muito necessária em qualquer processo de emancipação em que ‘morre-se lutando’, mas que também ‘luta-se para viver’. Não é um caminho fácil diante de estruturas que regem uma lógica contrária à emancipação do povo negro.

Por trás da máscara de um comportamento conformado imposto às mulheres afro-americanas, há muito tempo existem atos de resistência, tanto organizados quanto anônimos (Davis 1981, 1989; Terborg-Penn 1986; Hine 1989; Barnett 1993). Apesar das tensões ligadas ao trabalho doméstico, Judith Rollins (1985) afirma que as trabalhadoras domésticas que ela entrevistou aparentaram ter mantido um “notável senso de autovalor” (...) Resistir por fazer algo que “não é esperado” não poderia ter ocorrido sem a antiga rejeição das mulheres Negras às *mammies*, às matriarcas e a outras imagens controladoras. Quando combinados, esses atos individuais de resistência sugerem que existe uma consciência coletiva e característica das mulheres negras. (2019, posição 7-11, 23-28)

### 3.2. Feminismos que lutam para si, e não contra si: irmandade e perspectiva de enegrecimento

O que apresentamos ao longo dessa monografia é de extrema importância para o que focaremos nesse momento. Ainda pensando na luta e/ou resistência do feminismo negro como legado, reitero que jamais essa luta foi possível em acordo com a norma hegemônica. O feminismo negro (podemos dizer feminismos negros) situa-se em vários processos históricos invisivelmente, ou seja, nem sempre existiram grupos organizados de mulheres negras lutando e ganhando espaço tanto quanto mulheres brancas, quando assim manifestaram-se. Suas reivindicações e condição social foram raras e tardiamente consideradas. Frequentemente o movimento negro reagiu e reage como resistência a outros feminismos que, antes e ainda agora, não foram estratégicos e solidários com a condição das mulheres negras. Não me refiro somente a diferenças de pensamento comum e diferenças de prioridades experimentadas nos movimentos entre seres que são singulares e únicos entre si, isso sempre existirá e é inevitável. Há particularidades da negritude que muitas vezes são deixadas de lado no movimento feminista, que não é de fato um só “feminismo”, mas composto de muitos feminismos diferentes entre si, inclusive em termos da posição de classe, como afirma Davis:

O movimento feminista é tão diverso que eu não sei se a gente pode falar de um só feminismo. Nós temos feministas por toda a parte. Temos feministas no Partido Republicano que são bastante conservadoras politicamente. E mesmo dentre as feministas negras é preciso reconhecer a grande diversidade existente. Algumas mulheres negras se referem a si próprias como mulheristas, usando o termo de Alice Walker. Outras são feministas e fazem um trabalho mais prático, por exemplo, contra a violência sexual. Há também feministas negras que são acadêmicas, como Patricia Hill Collins, que escreveu um livro sobre o pensamento feminista negro. Dentre todos estes tipos, é evidente que elas não concordam necessariamente umas com as outras, já que muitas são as diferenças (DAVIS, 2011, s/n).

Com esse detalhe esclarecido, prosseguimos em dizer que estamos nos referindo mais à falta de apreensão de determinados privilégios entre mulheres brancas e negras e a ‘bandeiras levantadas’ por ativistas feministas brancas na história que pareceram representar o sujeito ‘mulher’ como homogêneo, desconsiderando as condições extremamente diferentes entre brancas e negras no que tange a trabalho, fertilidade, maternidade, dentre outros. Sabemos que uma das áreas mais explícitas desse problema é a relação das mulheres com o trabalho. A relação entre raça e classe para o trabalho e pelo trabalho é uma das mais tensionadas. A materialização dessa relação no trabalho doméstico, como já dito, é adequada

para entendermos porque condições de vida abastadas e miseráveis não mudam e, ao mesmo tempo, entrelaçam-se tão intimamente:

Ao trabalhar para as brancas, as mulheres negras passaram a serem “forasteiras de dentro” (...), ao trabalhar para as famílias brancas viam a partir de dentro o “poder branco”, desmistificando-o e constatando que não era o intelecto, talento e humanidade dos seus empregadores que lhe atribuía o status superior, mas na maioria das vezes havia uma intersecção entre privilégio baseado no racismo.

Já avançando na intersecção, Davis (2013) alertou que as mulheres brancas, incluindo as feministas, relutaram historicamente em conhecer as lutas das trabalhadoras domésticas. Elas foram raramente envolvidas na tarefa de melhorar as condições do serviço doméstico. Segundo a autora, a “omissão conveniente” dos problemas das trabalhadoras domésticas dos seus programas de “classe média feminista, passado e presente” “[...] foi frequentemente uma justificação velada – ao menos na parte das mulheres afluentes – do seu tratamento de exploração das suas criadas” (Schneider, 2016, p. 96)

Essa pequena introdução é para mostrar que não podíamos concluir esse trabalho sem abordar e problematizar a invisibilidade ou estrangeiridade existente em um âmbito humano que, na verdade, tem por característica a visibilidade e a exposição de um grupo, como os movimentos sociais. Todavia, antes de continuarmos o argumento, permitam-nos esclarecer algo: toda argumentação e análise sobre como as feministas negras se relacionam com os movimentos e as mulheres em geral, além de toda a crítica e estudo quanto à postura de alguns feminismos de mulheres brancas, não tem como propósito dividir-nos ou ‘atear mais fogo’ às facções existentes pelas diferenças, como Audre Lorde tomou certa decisão, assim o fazemos:

Passei a acreditar, com uma convicção cada vez maior, que o que me é mais importante deve ser dito, verbalizado e compartilhado, mesmo que eu corra o risco de ser magoada ou incompreendida. (...) E é claro que tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de revelação individual, algo que parece estar sempre carregado de perigo. (Lorde, 2019, p. 51 e 53)

Problemas precisam ser entendidos e enfrentados, e nesse trabalho desejamos isso como defesa à irmandade e união de um coletivo com diferenças e, portanto, de grande potencial. Davis nos lembra de que isso é um ponto positivo:

O desafio consiste em saber como trabalhar com as diferenças e contradições. A diferença pode ser uma porta criativa. Nós não precisamos de homogeneidade nem de mesmice. *Não precisamos forçar todas as pessoas a concordar com uma determinada forma de pensar. Isso significa que precisamos aprender a respeitar as diferenças de cada pensar*, usando todas as diferenças como uma “fagulha criativa”, o que nos auxiliaria a criar pontes de comunicação com pessoas de outros campos.

Por exemplo, quando se fala, na Grã Bretanha, de mulheres negras, está se falando de mulheres asiáticas, caribenhas etc. (DAVIS, 2011, s/n, grifos nossos).

Queremos que se observe com atenção o trecho grifado, pois aponta para um comportamento que devemos ter e o significado em assumi-lo, portanto, apontamos alguns princípios do que pode ser inferido da citação grifada: “Não [precisar] forçar” todas as pessoas a concordar com uma determinada forma de pensar é sustentar princípios morais defendidos como necessários no próprio Código de Ética do Serviço Social, diga-se: respeito, acessibilidade (no sentido de diálogo, transparência e boa comunicação), defesa da equidade e pluralismo; e podemos citar outros:

O que impulsiona essa luta é a crença “na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta anti-racista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destinos”. Pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, *onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade*. (CARNEIRO, 2011, s/n, grifos nossos)

O que queremos introduzir e, assim, expor em seguida, é que o potencial e a importância do movimento negro não deverá excluir ou discriminar jamais os demais, além disso, qualquer crítica já feita e outras mais à frente à postura de alguns movimentos feministas liderados e apoiados majoritariamente por mulheres brancas, não tem como alvo estabelecer hierarquias de valor entre os movimentos, e sim, contribuir minimamente para a reflexão e debate de décadas sobre uma unidade de raças.

Um país como o Brasil, estruturado sobre bases escravocratas, de caráter capitalista e repleto de continuidades e superações complexas em sua totalidade, precisa ser entendido em todo o seu contexto e, portanto, para muitas questões há elementos que não podemos, jamais, deixar de considerar. No presente trabalho não é diferente, qualquer ideia ou discurso que defenda ser possível lutar por liberdade e equidade em nosso país sem considerar a raça é infundado, seja qual for o movimento social, a entidade política ou a reivindicação da sociedade civil. A fala de Carneiro (2011) explicita essa defesa:

Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (s/n).

Portanto, não é uma atenção exacerbada à raça como uma categoria acima das outras, não é uma escolha por puro interesse pessoal. Pois a realidade do racismo já é razão suficiente para defendermos a necessidade que se apresenta nesse momento. A ênfase neste ponto tem por objetivo ‘costurar os remendos feitos’ até aqui, principalmente porque o esforço de estudar uma questão tão complexa quanto a noção e sensação de estrangeiridade e invisibilidade no próprio país por meio da raça, permeada de exploração, opressões e potencialidades, nos leva a um espaço de ação privilegiado politicamente: os movimentos sociais. Mesmo nesse terreno de lutas, contradições e disputas, a raça é um elemento essencial, afinal, nosso país é um terreno de diferenças raciais muitas vezes veladas e ocultadas. Percebamos novamente a problemática: “as mulheres negras, por um lado, sempre foram altamente visíveis, assim como, por outro lado, foram invisibilizadas pela despersonalização do racismo” (Lorde, 2019, p. 53). Nos espaços organizados de luta, para ganhar espaço e visibilidade entre os movimentos sociais, estas mulheres têm de estar conscientes da mesma vulnerabilidade que já enfrentam: a visibilidade dessa negritude. Um risco que, comparado aos anos de silêncio e opressão, vale a pena enfrentar.

Apesar de correta e digna uma oposição contra o sexismo em geral, a história mostra que enquanto os movimentos sociais não apoiem ou entendam a necessidade de interseccionalidade entre sexo, raça e classe social (ou até, as nuances das opressões), determinada pela coexistência material destas dimensões na reprodução capitalista, a luta não pode avançar rapidamente, senão para uma liberdade idealizada. Ao longo dos anos, as narrativas das ondas do feminismo mostram também que o protagonismo é dado a mulheres brancas de classe média e alta. Seus feitos, conquistas e perdas são contados como se existisse apenas um feminismo, um grupo homogêneo que sempre lutou pelos mesmos interesses, passando pelas ‘mesmas fases’.

Entretanto, se voltarmos o olhar para o contexto socioeconômico dos Estados Unidos e do Brasil, o modo de produção (que ainda é o mesmo) exigia mulheres escravizadas e, mais tarde, mulheres livres assalariadas para a reprodução do capital. Essas mulheres, negras escravizadas, indígenas ou brancas e pobres, não precisavam lutar para conseguirem o direito de trabalhar fora do lar, por exemplo. Não permaneciam no lar enquanto o suposto marido trabalhava; vender sua força de trabalho não era uma escolha para elas, era uma imposição, uma necessidade. Acrescentamos mais um aspecto, referido por Carneiro (2011), que também se reflete profundamente no contexto do trabalho doméstico:



Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. *Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam, durante séculos, como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!* Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (s/n, grifos nossos).

A análise das circunstâncias concretas é essencial para se preparar e criar estratégias de ação a fim de alcançar resultados reais, pois se, apenas uma parte da história é contada, entende-se que atrasos do movimento feminista são consequência apenas das relações patricarais, sem compreender os efeitos da reprodução capitalista (racista e patriarcal) sobre a própria organização subjetiva da classe trabalhadora e, em particular, dos movimentos feministas e negros. Muitos destes efeitos se expressam, nos movimentos feministas, na falta de apreensão da importância de se aceitar e confluir a heterogeneidade de raça e classe entre as mulheres – sem mencionar a questão de gênero e sexualidade, que não pudemos abarcar neste trabalho. Se viajarmos no tempo em uma das gêneses do movimento sufragista e feminista, lemos:

[A Declaração de Seneca Falls foi um marco considerável,] enquanto consumação exata da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, [porém] ignorava totalmente a difícil situação das *mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul quanto do Norte*. Em outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propunha uma análise da condição feminina sem considerar as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe social das autoras do documento. (Davis, 2016, posição 1.022, grifos nossos)

Consequentemente, o apoio a determinadas reivindicações sociais permanecia fraco enquanto não se assumia, como Angelina Grimké propõe, que os direitos das mulheres só serão garantidos quando os dos negros também o forem (Davis, 2016), defendendo a libertação apenas na totalidade concreta da exploração e opressão.

A unidade na luta das mulheres que defendemos e acreditamos em nossa sociedade brasileira não depende unicamente da superação de desigualdades geradas pela dominação hegemônica masculina, e sim, de ideologias que articulam-se com esta, como o racismo. E, ainda mais importante, da superação da própria divisão social do trabalho capitalista,

embasando, portanto, a própria existência e reprodução destas ideologias. A luta feminista e antirracista insistente por um grande contingente de mulheres negras descortina problemáticas que muitas vezes são negligenciadas com base em privilégios por parte de mulheres brancas e homens negros,

ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2011, s/n).

O que pode fomentar uma divisão na luta, especialmente entre as mulheres, afinal, continuamos a tratar dessa condição específica de ser e viver em sociedade que é o lugar da estrangeira, da mulher negra. Como toda relação social é complexa, da mesma maneira que essa diferença de posição e discurso intensifica a divisão, ela também pode, “nessa perspectiva, [desenhar] novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira” (2011, s/n).

### 3.3. A luta antirracista é para todes

Refletir criticamente sobre relações sociais entre raças e etnias em um mesmo país (e sobre o próprio processo histórico de racialização) é de um ganho singular para nós, brasileiros. Pois nossa história não é simplesmente a união de indígenas, africanos/as e portugueses/as, ela não se resume a isso, nem é tão simples e agradável como o uso da palavra ‘união’. Paralelamente, pensar o enegrecimento de movimentos sociais e o enegrecimento da mentalidade brasileira não se resume somente à crítica por parte de mulheres negras e a suas próprias autodefinições e autoavaliações. Estas são extremamente importantes, porém, a crítica e a proposta de mudanças requerem respostas, e se pensamos na resposta que muitas mulheres e homens brancos/as negros/as e com outras racializações possam dar, complexificamos ainda mais a questão. Não temos a intenção de nos aprofundar nesse aspecto, mas elucidá-lo como contribuição e conclusão do assunto desse capítulo.

Como enfatizamos em algumas páginas atrás, nossa crítica não tem por intenção excluir ou discriminar um grupo em detrimento de outro, nem mesmo estabelecer hierarquias de valor entre os movimentos, e sim, contribuir minimamente para a reflexão e debate, afinal,

qualquer grupo que lute e resista sabe que essa ação requer abrir mão de um lugar. Muitas vezes alcançamos coragem para abrir mão de um privilégio, porque, confrontadas com a realidade, reconhecemos que precisamos superar nossa comodidade e silêncio. Inclusive, esse reconhecimento pode vir acompanhado de uma determinação de luta bem mais forte do que o constrangimento, a qual deseja lutar por um ideal ou princípio maior do que o lugar cômodo em que estava.

Estes ideais ou objetivos relacionam-se com interesses comum de quem luta, ainda que a própria pessoa não se enquadre naquela particularidade específica (mal-chamada de ‘tipo de minoria’). Por exemplo, pessoas que lutam e defendem a causa da pessoa com deficiência (PCD) – qualquer que seja sua especificidade – mas que em si mesma não possuem nenhum diagnóstico com deficiência. As razões podem ser diversas: empatia, convívio com algum parente, ser amigo/a ou usuário/a do campo sócio ocupacional, estudo e conhecimento do tema; diversos são os motivos, porém, independente de quais sejam, é necessário abrir mão de um lugar de privilégios e oportunidades, para que esse outro grupo, de PCD, ganhe maior espaço, acessibilidade e dignidade. Afinal, quantas não são essas as oportunidades em que a consciência nos move a agir e resistir?

O que queremos mostrar com esse exemplo é que a resposta que mulheres e homens brancos/as e negros/as precisam dar, ou seja, de aceitação e mudança para com suas companheiras mulheres negras e de luta por uma forma societária que não se fundamente na marginalização das mesmas, será difícil:

Ser antirracista, para uma branca, requer abrir mão de privilégios, e mais, provavelmente sofrer tanto quanto uma negra a fim de ir contra um sistema, “descer o grau” que a mantinha acima. A responsabilidade se torna cada vez maior quando eu tenho de me libertar da opressão enquanto reprodutora da mesma. As próprias relações econômicas entre as mulheres negras e as brancas, que perpetuam relacionamentos do tipo “madame/empregada”, nutrem atitudes [machistas] e incumbem as mulheres brancas progressistas, especialmente as comunistas, de lutar conscientemente contra todas as manifestações de [machismo] branco, abertas ou sutis. (Davis, 2016, posição 2.914)

A dificuldade não justifica impossibilidade, de modo algum, porém deve ser pontuada, pois a relação que estamos abordando entre brancas e negras envolve poder, acima de tudo:

Duas palavras que a psicologia usa bastante são significação e ressignificação. Nelas, estão as chaves de como o racismo se perpetua tão inconscientemente nos brancos e negros, levando um a ser educado a oprimir e o outro, sob o mesmo argumento, a ser oprimido sem reclamar. (...) Se a tomada de consciência do oprimido é apontada como difícil pelos psicólogos, imagine a do opressor. Fácil de interpretar porque quem oprime tem poder. E quem tem poder, seja lá qual for, não quer abrir mão. “Reconhecer-se racista e tentar trabalhar para que deixe de ser, implica em perda de poder e privilégios. Você vai perder alguns lugares porque vai

passar a dividir. Quem vai querer?”, desafia Gioconda. Wellington segue a mesma linha de raciocínio apontando a dificuldade maior de quem agride em reconhecer a agressão. Obviamente que não se trata de uma tentativa de amenizar o racista, mas de entender como isso se processa na cabeça de quem age dessa forma. “Estamos falando da relação de poder e quando existe essa relação de poder muito forte é difícil tomar consciência”. (PAULINO, 2017, s/n)

Por fim e diante de todo o exposto, como estudante de Serviço Social, é notória a urgência dessa pauta, principalmente se consideramos o norteador da nossa profissão, o Projeto Ético-Político, este que, em debate e reflexões acadêmicas das mais diversas, nitidamente problematiza e defende as lutas anticapitalistas e antirracistas em nossa sociedade. Além dele, há princípios do nosso Código de Ética que pressupõem e, ao mesmo tempo, são fruto da nossa prática, os quais podemos destacar dando ênfase aos mais articulados e complementares ao presente trabalho, como:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

(BRASIL, 2012, p. 23-24)

Afinal, não estamos falando de uma mulher irreal que existe apenas no imaginário racista que precisa de mudança constante em cada um de nós. A categoria *outsider within* de Collins, ou estrangeira de dentro como escolhemos usar, é um nome dado a uma realidade e condição em nossas relações sociais de uma mulher que está, por sua raça, classe, gênero, e por toda a perpetuação da invisibilidade e imagem que a deram ao longo da história, fora do direito, fora do acesso e de dignidade humana que lhe é devida por toda a discriminação, a qual se materializa no sistema capitalista com as mais diversas facetas, como foi apresentado o trabalho doméstico – sendo esse um exemplo particular e de grande valor para a análise, pois a manivela do capitalismo está diretamente ligada à relação do capital x trabalho, e toda a superexploração que procede dela.

Consequentemente, como projeto orientado por uma teoria social crítica, o Projeto Ético-Político do Serviço Social busca um projeto societário que igualmente recusa os

fundamentos do atual, e que viabilizaria efetivamente o código de ética citado. Trata-se de um projeto que também é “um processo, em contínuo desdobramento” (NETTO, 1999, p.15), que reconhece em si mesmo a dimensão política envolvendo relações de poder que, novamente, abrangem as relações raciais aqui citadas. Outro aspecto que justifica o potencial e a contribuição da presente discussão para a profissão é como a luta antirracista é um campo de tensões e lutas, mesmo entre as mulheres negras. Mesmo entre nós há divergências e contradições, e nem por isso devem ser excluídas,

Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de ideias e não por mecanismos coercitivos e excludentes (...) Por isso, a elaboração e a afirmação (...) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. (NETTO, 1999, p.5-6)

Concluimos, portanto, com uma última citação que não tem por objetivo priorizar unicamente a categoria raça – contradizendo, assim, nossa fala até aqui –, nem priorizar a teoria em detrimento da poesia, porém finaliza a reflexão com o que não pode ser esquecido em nossa busca muitas vezes racional e distante por sentidos:

O poeta negro Aimé Césaire disse que “as duas maneiras de perder-se são: por segregação, sendo enquadrado na particularidade, ou por diluição no universal”. A utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta. (CARNEIRO, 2011, s/n)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda essa análise e síntese de pesquisas para a monografia, podemos formular algumas conclusões com base nos capítulos escritos, e queremos começar por uma das primeiras contribuições que minha orientadora sugeriu em um de nossos primeiros encontros, que foi o esqueleto e posicionamento do terceiro capítulo no trabalho. Em meu projeto de pesquisa inicial, antes da elaboração deste TCC, apresentei um texto bem rudimentar e sem proposta de ação, o objetivo inicial se apresentava da seguinte maneira: “partindo da pergunta ‘por que mulheres negras situam-se à margem da sociedade ainda que dentro dela?’, busco articular o que significa o estrangeirismo, o ser estranho, enquanto condição desse grupo por conta de sua raça, sexo e classe social. Em seguida, busco explicar como e por que essa ‘estrangeira’ precisará interpretar a estrutura (padrão social) representada pelo grupo social o qual se aproxima, e assim, decidir identificar-se como estrangeira ou moldar-se à estrutura”.

De fato apresentamos a categoria estrangeirismo em forma de comparação e análise teórica com a realidade das mulheres negras em suas relações sociais concretas, porém, não afirmamos mais essa categoria como uma condição desse grupo de mulheres, e sim, como uma experiência subjetiva na história e intrinsecamente fundada nas raízes do modo de produção capitalista. Essa experiência nos conduziu à hipótese de que o trabalho é a melhor base material desse ‘sentir-se estrangeira’, e acreditamos termos apresentado um conjunto de provas basilares suficientes para ter essa hipótese comprovada no capítulo dois e nas referências cruzadas com os outros, especialmente nas experiências reais de mulheres negras que trabalham como domésticas e sofrem o racismo em suas condições trabalhistas de caráter servil e/ou escravo. Portanto, com esse entendimento, não podemos defender a possibilidade de uma interpretação puramente particular e pessoal da “estrangeira de dentro” sobre as estruturas que formam seu posicionamento em sociedade, e não concordamos que essas estruturas se resumem a um “padrão social” existente de um “grupo social homogêneo” separando a realidade de modo maniqueísta.

O processo de consciência que defendemos, e que queremos deixar nítido, é o que tem potencial de resultados reais, que passa por uma perspectiva histórica crítica e conduz à liberdade e à verdade de uma memória que desvele as contradições nos sentidos e emoções exemplificados no trabalho. E mais, defendemos esse processo todo enquanto plural, coletivo, impossível de ser pensado em fragmentos e por individualidades sem perspectiva universal da estrutura socioeconômica. Essa análise é essencial, enquanto um contínuo processo para se

preparar e criar estratégias de ação, a fim de alcançar resultados reais, mas afirmamos não ser suficiente, afinal, para superarmos estereótipos, preconceitos e injustiças, são necessárias ações políticas e sociais de curto a longo prazo. Inicialmente, talvez, ações coletivas paliativas, até a conquista de um de nossos princípios ético-políticos como consta em um de nossos principais documentos: “a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2012, p.24).

Outra consideração importante é a negação de outro objetivo apresentado no início do antigo projeto de pesquisa que apontava para a mulher negra como alguém que deveria decidir identificar-se como “estrangeira” ou moldar-se à estrutura, em outras palavras, eu acreditava que alcançar essa identidade era um caminho direto de emancipação, e o não conhecimento dessa identidade ou a não identificação de si mesma como uma “estrangeira de dentro” significaria uma aceitação ou conformismo com os impactos sofridos pelo racismo por essas mulheres negras. E esse é um grande equívoco, como verificamos no processo de escrita desse trabalho. Ainda concordamos com o ponto de vista de Collins de que há potencial utilidade ao se conduzir uma pesquisa estando consciente de seu próprio pensar e que, nesse caso, optamos por sintetizar esse pensar consciente na categoria *outsider within* e em toda a significação da mesma. Entretanto, essa foi apenas uma escolha teórica para compreendermos a construção subjetiva do corpo da mulher negra na reprodução de relações sociais, não sendo realmente um condicionante de emancipação ou consciência para toda e qualquer mulher negra.

Ainda outra consideração necessária para finalizar essa seção diz respeito às carências e limites teóricos para complemento e enriquecimento do trabalho. Infelizmente, não exploramos os escritos de Frantz Fanon e os de Grada Kilomba como o desejado, o que certamente seria de grande valia para a exposição dos capítulos em seus pontos mais delicados e imbricados como a autodefinição e a autoavaliação; e quanto à memória e à consciência em relação à realidade e às ações requeridas nessa realidade. Além disso, permitiria correções nas escolhas teóricas feitas inicialmente e que, ao longo da pesquisa, se mostraram múltiplas e fundamentalmente opostas, como o entrelaçamento e junção de análises para a construção do tema usando, por exemplo, os autores Georg Simmel e Alfred Schütz ao lado das autoras Lélia Gonzalez e Angela Davis. As disparidades teóricas são notórias, apesar da tentativa de comparação e ‘costura’ para explicar o conceito de “estrangeira de dentro” e suas implicações para a nossa pesquisa.

O agravo da pandemia devido à COVID-19 e a longa quarentena nos anos 2020 e 2021 enfrentada pela UFRJ e outras instituições tiveram grande impacto no processo dessa monografia afetando saúde física, mental e emocional de docentes e discentes, e também constatamos seus efeitos nos limites e necessidades teóricas apresentadas próximo da conclusão do trabalho, como os embates apresentados acima. O tema é muito vasto e rico em si mesmo e teria potencial para muitos aprofundamentos em todas as suas partes, e acreditamos que esse processo de orientação acadêmica de TCC foi desafiador para muitos colegas da categoria. Um conjunto de circunstâncias que demonstra novamente a correlação indivisível da subjetividade com a realidade concreta.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. *In: Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. p. 23-24. E-book. Disponível em: [http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 3 nov. 2020.
- BRONTË, C. **Jane Eyre**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2008.
- BUENO, Winnie. **A relevância de Patricia Hill Collins para o ativismo intelectual de mulheres negras**. São Paulo: Justificando Conteúdo Cultural LTDA, 8 mar. 2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/03/08/a-relevancia-de-patricia-hill-collins-para-o-ativismo-intelectual-de-mulheres-negras/>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472/15042>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. São Paulo: GELEDÉS, 6 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 22 out. 2020.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em 1 mar. 2019.
- COLLINS, P. H. O poder da autodefinição. *In: Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019. E-book.
- CRASS. Oficina Pérolas Negras – São José, 2017, Santo Antônio do Monte, MG. **Cartilha**, 2019.
- CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. [S. l.]: UNIFEM, 2004. Cruzamento raça e gênero - Painel 1, p.7-16. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- DAVIS, A. Discurso de abertura da I Conferência Lélia Gonzáles, 2011. *In: GELEDÉS*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. E-book. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-mulheres-raca-e-classe-angela-davis-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 4 maio 2019.

FELISBERTO, F. Escritoras negras e seu fortalecimento intelectual. **IPEA – Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, v. 8, n. 70, p. 1, 2012. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2682:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2682:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 12 jun. 2018.

FRAGA, Gleide. **Sobre a solidão da mulher negra**. São Paulo: GELEDÉS, 3 jun. 2015. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/sobre-a-solidao-da-mulher-negra/?gclid=Cj0KCQiA1KiBBhCcARIsAPWqoSqTcOgyH1gG2mGKF6Q4FWkrW2bFB509BvH26Iwn7eFfSWJ1RszJVW4aAvH0EALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/sobre-a-solidao-da-mulher-negra/?gclid=Cj0KCQiA1KiBBhCcARIsAPWqoSqTcOgyH1gG2mGKF6Q4FWkrW2bFB509BvH26Iwn7eFfSWJ1RszJVW4aAvH0EALw_wcB). Acesso em: 15 fev. 2021

GAMA, A. Trabalho e responsabilidades familiares no Brasil: reflexões sobre os direitos do trabalho. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 30, p. 149-168, 2012.

GILLIAM, A.; GILLIAM, O. Negociando a subjetividade de mulata no Brasil. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 525-543, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16471/15041>. Acesso em: 18 mar. 2020.

GOMES, M. A. A divisão interseccional do trabalho. *In*: **Divisão interseccional do trabalho – por que ela é fundamental para o funcionamento do capitalismo dependente?** Uma análise das condições de (re)produção da vida de mulheres negras brasileiras. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) – Instituto Latino-Americano de Economia Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018. p. 36-62.

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 1-6, 2008. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4815/4305>. Acesso em: 22 abr. 2020.

GONZALES, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje – ANPOCS**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2523992>. Acesso em: 14 nov. 2019.

HASENBALG, C. Raça, classe e mobilidade. *In*: GONZALES, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 67-97. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/lc3a9lia-gonzales-carlos-hasenbalg-lugar-de-negro1.pdf>. Acesso em 11 jun. 2019.

HOOKS, Bell. **From margin to center**. Boston: South End Press, 1984.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. *In*: **Relações sociais e serviço social**: Esboço de uma análise histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014. p. 77-130.

JUNIOR, A. E. *et al.* **A cor do trabalho**: Empresas se beneficiam com mais negros em cargos-chave, mas isso diminui o racismo estrutural?. São Paulo: UOL TAB, 7 jan. 2019. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/diversidade-trabalho/>. Acesso em: 4 abr. 2020.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

LIMA, M.; RIOS, F.; FRANÇA, D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). *In: MARCONDES, M. M. et al (org.). Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013. p. 53-80. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf). Acesso em: 22 maio 2019.

LORDE, A. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. *In: LORDE, A. Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 51-55. E-book.

MICHAELIS Online. **Estranho**. [S. l.]: Editora Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estranho/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MICHAELIS Online. **Negro**. [S. l.]: Editora Melhoramentos, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/negro/>. Acesso em: 30 out. 2019.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. Módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Disponível em: [https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto\\_.pdf](https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.

PAULINO, W. **Raízes da intolerância: Racismo**. São Paulo: UOL Portal NE 10, 8 mar. 2017. Disponível em: <http://especiais.ne10.uol.com.br/raizes-da-intolerancia/racismo.php>. Acesso em: 24 mai. 2019.

RIBEIRO, D. **A perspectiva do feminismo negro sobre violências históricas e simbólicas**. São Paulo: Boitempo, 4 ago. 2015. Dossiê: Blog da Boitempo. Violência Policial: uso e abuso. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/08/04/a-perspectiva-do-feminismo-negro-sobre-violencias-historicas-e-simbolicas/>. Acesso em: 24 mai. 2019.

RIBEIRO, D. **Estrangeira no próprio país**. São Paulo: GELEDÉS, 7 nov. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/estrangeira-no-proprio-pais/>. Acesso em: 8 out. 2019.

SAY amem, somebody. Direção: George T. Nierenberg. USA: [s. n.], 1982. Disponível em: <https://vimeo.com/333432904>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SCHNEIDER, E. C. A consubstancialidade de poder nas relações sociais no trabalho doméstico “delegado”. *In: O Valor Social do Trabalho Doméstico e a Justiça Consubstancial*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. p. 71-110.

SCHÜTZ, A. O estrangeiro: um ensaio em psicologia social. **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 113, p. 117-129, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11345/6153>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SIMMEL, G. **The Stranger**. New York: Free Press, 1950. Disponível em: [https://www.infoamerica.org/documentos\\_pdf/simmel01.pdf](https://www.infoamerica.org/documentos_pdf/simmel01.pdf). Acesso em: 5 out. 2019.

SIMÕES, N. **Desemprego entre negros superior à média nacional é herança colonial, diz economista**. Espírito Santo: Alma Preta, 17 fev. 2020. Agência Komodo. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/realidade/desemprego-entre-negros-superior-a-media-nacional-e-heranca-colonial-diz-economista>. Acesso em: 16 abr. 2020.

PEREIRA, Cacau. **Indicadores da desigualdade étnica e racial no Brasil**. Belo Horizonte: Observatório da Justiça do SINJUS-MG, 21 dez. 2017. Disponível em: [https://sinjus.org.br/wp-content/uploads/indicadores-desigualdade\\_etnica\\_ok-1.pdf](https://sinjus.org.br/wp-content/uploads/indicadores-desigualdade_etnica_ok-1.pdf). Acesso em: 22 maio 2019.